



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

RELATÓRIO CONTÁBIL

1º Trimestre 2021

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis do MAPA (DCON), as quais são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Marcos Montes Cordeiro

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO
José Manoel Gomes

COORDENADOR DE CONTABILIDADE
Alberto Jeronimo Pereira

EQUIPE TÉCNICA
Divisão de Acompanhamento Contábil
José Calazans dos Santos
Débora Teles Moreira de Matos
Jaqueline Pereira de Faria Silva
Mauricio Teixeira de Sousa
Norma de Deus e Costa

Serviço de Análise da Administração Direta e Indireta
Alexandra Holanda Jaber
Divino Lúcio de Almeida
José Maria Magalhães Dias
Renata de Oliveira Pinheiro

Divisão de Tomada de Contas
Alan Rodrigues Pinheiro
Maria de Fátima Álvares Duarte
Paulo Alves de Santana Neto
Samya Carolina Soares Costa

Sumário

1) Lista de Siglas	4
2) Contexto Operacional	7
3) Sistemas de Controle Interno Desenvolvidos no MAPA	9
3.1) Sistemas da Área Fim	9
3.2) Sistemas da Área Meio	10
4) Demonstrações Contábeis	11
4.1) BALANÇO PATRIMONIAL.....	11
4.2) DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	13
4.3) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	15
4.4) BALANÇO FINANCEIRO.....	17
4.5) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	18
4.6) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	19
5) Notas Explicativas	20
5.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis	20
5.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	20
5.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis.....	25
5.4) Mudanças de Estrutura Administrativa.....	25
6) Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis.....	26
6.1) BALANÇO PATRIMONIAL.....	26
Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar	36
Nota nº 002 - Obrigações Contratuais	37
Nota nº 003 - Provisões	38
Nota nº 004 - Imobilizado	39
Nota nº 005 - Intangível	47
Nota nº 006 - Investimentos	50
6.2) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	54
6.3) DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	56
7) Referências	58
7.1) Bibliográficas.....	58
7.2) Sítios mais utilizados pela CCONT/MAPA.....	58

1) Lista de Siglas

ADP	Agente de Desenvolvimento de Pessoas
AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AGE	Assembleia Geral Extraordinária
AGRONET	Intranet do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
AGROSTAT	Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro
AGU	Advocacia Geral da União
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BB	Banco do Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
BGP	Boletim de Gestão de Pessoas
BGU	Balanco Geral da União
BINAGRI/MAPA	Biblioteca Nacional de Agricultura
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BO	Balanco Orçamentário
BP	Balanco Patrimonial
CASEGO	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás
CASEMG	Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais
CCCCN	Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional
CCONF	Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
CCONT-DA	Coordenação de Contabilidade/MAPA
CCONT/STN	Coordenação-Geral de Contabilidade da União/STN
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA/MG	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A
CEF	Caixa Econômica Federal
CEF/MAPA	Caixa Econômica Federal/MAPA
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CEPLAC/BA	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira da Bahia
CEPLAC/ES	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Espírito Santo
CEPLAC/PA	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Pará
CEPLAC/RO	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira de Rondônia
CESA	Companhia Estadual de Silos e Armazéns
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COGEP/MAPA	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CGAQ/MAPA	Coordenação-Geral de Aquisições
CGOEF/MAPA	Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
CGOF/MAPA	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGLI/MAPA	Coordenação-Geral de Logística Institucional
CGRL/MAPA	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços
CGTI/MAPA	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
COGEP	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CGU	Controladoria-Geral da União
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONFCON	Sistema de Conformidade Contábil
COFIN/STN	Coordenação-Geral de Programação Financeira/STN
COSIS/STN	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação/STN
CRC/DF	Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal
CTU	Conta Única do Tesouro Nacional
DA/MAPA	Departamento de Administração
DAF/Embrapa	Departamento de Administração e Finanças/Embrapa
DARF	Documento de Arrecadação Federal
DGG/MAPA	Departamento de Governança e Gestão
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DISME	Distrito de Meteorologia
DISME/AM	Distrito de Meteorologia de Manaus/AM
DISME/BA	Distrito de Meteorologia de Salvador/BA
DISME/GO	Distrito de Meteorologia de Goiânia/GO
DISME/MG	Distrito de Meteorologia de Belo Horizonte/MG
DISME/MT	Distrito de Meteorologia de Cuiabá/MT
DISME/PA	Distrito de Meteorologia de Belém/PA
DISME/PE	Distrito de Meteorologia de Recife/PE
DISME/RJ	Distrito de Meteorologia do Rio de Janeiro/RJ
DISME/RS	Distrito de Meteorologia de Porto Alegre/RS
DISME/SP	Distrito de Meteorologia de São Paulo/SP
DOU	Diário Oficial da União
DVP	Demonstrações das Variações Patrimoniais
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAGRO/MAPA	Escola Nacional de Gestão Agropecuária
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
FFIE	Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização

FUNCAFE	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
FTRA	Fundo de Terras e da Reforma Agrária
GF	Gestor Financeiro
GRU	Guia de Recolhimento da União
GPS	Guia da Previdência Social
IN	Imprensa Nacional
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
JCDF	Junta Comercial do Distrito Federal
LANAGRO	Laboratório Nacional Agropecuário
LANAGRO/GO	Laboratório Nacional Agropecuário de Goiás
LANAGRO/MG	Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais
LANAGRO/PA	Laboratório Nacional Agropecuário do Pará
LANAGRO/PE	Laboratório Nacional Agropecuário de Pernambuco
LANAGRO/RS	Laboratório Nacional Agropecuário do Rio Grande do Sul
LANAGRO/SP	Laboratório Nacional Agropecuário de São Paulo
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LFDA	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária
LFDA/GO	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Goiás
LFDA/MG	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Minas Gerais
LFDA/PA	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Pará
LFDA/PE	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Pernambuco
LFDA/SP	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – São Paulo
LFDA/RS	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Rio Grande do Sul
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
ME	Ministério da Economia
MEP	Método da Equivalência Patrimonial
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NE	Nota de Empenho
NL	Nota de Lançamento
NS	Nota de Sistema
OB	Ordem Bancária
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OD	Ordenador de Despesas
OGU	Orçamento Geral da União
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDV	Programa de Desligamento Voluntário
PF	Programação Financeira
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PIPCP	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
RCPG	Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público
REDESIM	Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
RENASEM	Registro Nacional de Sementes e Mudanças
RFB	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SAF/MAPA	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
SAP/MAPA	Secretaria de Aquicultura e Pesca
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SCRI/MAPA	Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
SDA/MAPA	Secretaria de Defesa Agropecuária
SE/MAPA	Secretaria Executiva
SEAD/PR	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEAF/MAPA	Secretaria Especial de Assuntos Fundiários
SEAP/PR	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SECEX/TCU	Secretaria de Controle Externo
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SFA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SFA/AC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Acre
SFA/AL	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Alagoas
SFA/AM	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amazonas
SFA/AP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amapá
SFA/BA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
SFA/CE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará

SFA/DF	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal
SFA/ES	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo
SFA/GO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Goiás
SFA/MA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
SFA/MG	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais
SFA/MS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato G. do Sul
SFA/MT	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso
SFA/PA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
SFA/PB	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
SFA/PE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pernambuco
SFA/PI	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí
SFA/PR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná
SFA/RJ	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
SFA/RN	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Norte
SFA/RO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Rondônia
SFA/RR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Roraima
SFA/RS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Sul
SFA/SC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina
SFA/SE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe
SFA/SP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
SFA/TO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Tocantins
SFB/MAPA	Serviço Florestal Brasileiro
SIGI	Sistema de Gestão Integrada
SIAD	Sistema de Autorização de Deslocamento
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SICAR	Sistema de Controle de Arrecadação
SIGMA	Sistema de Indicações Geográficas e Marcas
SISLEGIS	Sistema de Consulta a Legislação
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SPUnet	Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SRI	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
SUCON/STN	Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TDA	Título da Dívida Agrária
TG	Tesouro Gerencial
UG	Unidade Gestora
UGE	Unidade Gestora Executora
UGR	Unidade Gestora Responsável
VIGIAGRO	Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva
VTN	Valor da Terra Nua

2) Contexto Operacional

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é responsável pela gestão das políticas públicas com base no Decreto nº 10.253, de fevereiro de 2020, que altera a sua estrutura:

- a) - Política agrícola, abrangidos a produção, a comercialização, o seguro rural, o abastecimento, a armazenagem e a garantia de preços mínimos;
- b) - Produção e fomento agropecuário, abrangidas a agricultura, a pecuária, a agroindústria, a agroenergia, as florestas plantadas, a heveicultura, a aquicultura e a pesca;
- c) - Política nacional pesqueira e aquícola, abrangida a gestão do uso dos recursos e dos licenciamentos, das permissões e das autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca;
- d) - Estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- e) - Informação agropecuária;
- f) - Defesa agropecuária e segurança do alimento, abrangidos:
 - g) - Pesquisa em agricultura, pecuária, sistemas agroflorestais, aquicultura, pesca e agroindústria;
 - h) - Conservação e proteção de recursos genéticos de interesse para a agropecuária e a alimentação;
 - i) - Assistência técnica e extensão rural;
 - j) - Irrigação e infraestrutura hídrica para produção agropecuária, observadas as competências do Ministério do Desenvolvimento Regional;
 - k) - Informação meteorológica e climatológica para uso na agropecuária;
 - l) - desenvolvimento rural sustentável;
 - m) - Políticas e fomento da agricultura familiar;
 - n) - Reforma agrária, regularização fundiária de áreas rurais, da Amazônia Legal e das terras quilombolas;
 - o) - Conservação e manejo do solo e da água, destinados ao processo produtivo agrícola, pecuário, aos sistemas agroflorestais e à aquicultura;
 - p) - Boas práticas agropecuárias e bem-estar animal;
 - q) - Cooperativismo e associativismo na agricultura, na pecuária, na aquicultura e na pesca;
 - r) - Energização rural e agroenergia, incluída a eletrificação rural;
 - s) - Operacionalização da concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel instituída pela Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997;
 - t) - Negociações internacionais relativas aos temas de interesse da agricultura, da pecuária, da aquicultura e da pesca; e
 - u) - Gerir o Registro Geral da Atividade Pesqueira.

Cabe ainda ao Ministério, exercer, por meio do Serviço Florestal Brasileiro, a função de órgão gestor previsto no art. 53 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, em âmbito federal.

Estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Assim, o Ministério da Agricultura busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Mapa visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

O ministério coordena as ações e políticas de 28 Câmaras Setoriais e 8 Câmaras Temáticas relacionadas aos diversos setores produtivos do agronegócio brasileiro.

Para a consecução de seus objetivos, o Mapa conta com uma estrutura fixa de uma Secretaria Especial, seis Secretarias, um Serviço, 27 Superintendências Estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de duas empresas vinculadas, uma autarquia vinculada e três entidades de economia mista, que abrigam cerca de 11 mil servidores espalhados por todo o Brasil:

Os Órgãos específicos singulares do Ministério são:

- a) Secretaria Especial de Assuntos Fundiários – SEAF;
- b) Secretaria de Política Agrícola – SPA;
- c) Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA;
- d) Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP;
- e) Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF;
- f) Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação – SDI;
- g) Secretaria de Comércio e Relações Internacionais – SCRI; e
- h) Serviço Florestal Brasileiro – SFB.

Os Órgãos colegiados do Ministério são:

- a) Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural;
- b) Comissão Coordenadora da Criação do Cavalão Nacional;
- c) Comissão Especial de Recursos;
- d) Conselho Deliberativo da Política do Café;
- e) Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca;
- f) Conselho Nacional de Política Agrícola;
- g) Comitê Gestor do Garantia-Safra;
- h) Comitê Gestor do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar;
- i) Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; e
- j) Comitê Estratégico do Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil;

As entidades Vinculadas – Autarquia do Ministério:

- a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

As entidades Vinculadas – Empresa Pública são:

- a) Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB;
- b) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

As entidades Vinculadas – Sociedade de Economia Mista são:

- a) Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A;
- b) Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais

Estas e outras informações relevantes a respeito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/agricultura/pt-br>.

3) Sistemas de Controle Interno Desenvolvidos no MAPA

3.1) Sistemas da Área Fim

SECRETARIA DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO RURAL E IRRIGAÇÃO – SDI/MAPA

SIGMA - Sistema de Indicações Geográficas e Marcas

SIGABC - Sistema de Governança do Plano ABC

SELO ARTE - SGSA - Sistema de Gestão do Selo Arte

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA – SAP/MAPA

SISRGP - Sistema do Registro Geral da Atividade
Pesqueira

SISTAINHA - Sistema do Registro Geral da Atividade
Pesqueira

SSADP - Sistema de Subvenção ao Diesel Pesqueiro

RGP - Sistema de Relatório de Manutenção do Pescador
Artesanal

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E

COOPERATIVISMO - SAF/MAPA

SNPC - Sistema de Informações Documentais

SNPC - Cultivar Web

SIGORG - Modulo Público- Sistema de Informações
Gerenciais da Produção Orgânica

SIGORG - Modulo Administrador - Sistema de
Informações Gerenciais da Produção Orgânica

SIGPI - Sistema de Gestão da Produção Integrada

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA - SPA/MAPA

FUNCAFE - Sistema de Operacionalização das Linhas de
Crédito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

SISSER - Sistema de Informação da Subvenção ao Seguro
Rural

SISPROCER - Sistema de Processos da Comissão Especial
de Recurso

SISZARC - Sistemas de zoneamento agrícola e risco
climático

SAPCANA - Sistema de Acompanhamento de Produção
Canvieira

SNCUA - Sistema Nacional de Certificação de Unidades
Armazenadoras

SECRETARIA DE COMÉRCIO E INTERNACIONAIS -

SRI/MAPA

ADIDOS - Sistema de controle de ADIDOS

SIENI - Sistema Integrado de Informações Estratégicas de
Negociações Internacionais

AGROEVENTOS - Sistema de Eventos

AGROSTAT - Sistema de Estatísticas de Comercio Exterior
do Agronegócio Brasileiro

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA – SDA/MAPA

DCPOA - Declaração de Conformidade de Produtos de Origem
Animal

SISMAN - Sistema de Monitoramento de Atos Normativos

AGROFIT - Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários

CEFITI - Catálogo de Exigências Fitossanitárias para o Trânsito
Interestadual

PGA - Plataforma de Gestão Agropecuária

RENASEM - Registro Nacional de Sementes e Mudas

RECADASTRAMENTO - Sistema de Controle de Professores e
Classificadores

SIARP - Sistema de Acompanhamento dos Processos de Análise
de Risco de Pragas

SAC - Sistema de Auditoria e Credenciamento de Laboratórios

SAPE - Sistema de Acompanhamento de Projetos do Edital 64

SIPE2000 - Sistema de Cadastro e Estabelecimento e Registros
de Produtos na Área Animal

SIPEAGRO - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos
Agropecuários

PGA-SIGSIF - Plataforma de Gestão Agropecuária - SIGSIF

SIPE - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos -
Web

SISCOLE - Sistema de Cadastro de Organismo e Laboratórios
Estrangeiros

SISBOV - Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia
Produtiva de Bovinos e Bubalinos

e-SISBRAVET - Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências
Veterinárias

SISRES - Sistema de Controle de Resíduos

SISREC - Sistema de Informação de Requisitos e Certificados da
Área Animal

SIGBIO - Sistema de Gerenciamento de Biossegurança

SIGPBc - Sistema de Informação Gerencial do Programa
Bactrocera carambola

SIGPOA - Sistema de Gerenciamento de Produtos de Origem
Animal

SIGEF - Módulo de Controle da Produção de Sementes e Mudas

SIGLA - Sistema de Informações Gerenciais para Lab. de
Resíduos e Contam. em alimentos

SIGVIG - Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito
Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários

SIGSIF - Sistema de Informações Gerenciais do SIF

SISLAB - Sistema de Padrões Laboratoriais

AGROALERTAS - Sistema de Alerta Rápido Agropecuário

SIVIBE - Sistema de informações da área de vinhos e bebidas

e-SISBI-SGBI – Sistema de Gestão de Serviço de Inspeção

e-SISBI-SGE – Sistema de Gestão de Estabelecimento

SIGEP - Sistema de gerenciamento de estudos epidemiológicos

SGD-CGAL - Sistemas de Gestao de Demandas

3.2) Sistemas da Área Meio

GABINETE DA MINISTRA - GM

SIGME - Sistema de Gestão de Memória Executiva

SA - Sistema de Gestão Estratégica e de Projetos

ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS - ACE/MAPA

Portal MAPA - Pagina web da Internet

ASSESSORIA PARLAMENTAR - ASPAR/GM

EP - Emendas Parlamentares

RP - Sistema de Relacionamento Parlamentar

SECRETARIA-EXECUTIVA - SE/MAPA

BINAGRI - Sistema da Base de Dados da Biblioteca Nacional de Agricultura

GESTCOM - Sistema de Gestão do Comportamento Organizacional

MAPAVITRO - Gestão de contratos

SGC - Sistema de Processo de Acompanhamento de Órgãos Colegiados

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas

SIGI - Sistema de Gestão Integrada

SIAD - Sistema de Autorização de Deslocamento

SIAGAM - Sistema de Informação de Apoio ao Gabinete do Ministro

SIGER - Sistema de Informação Gerenciais do Endividamento Rural

SISLEGIS - Sistema de Consulta a Legislação

CONJUR NORMAS - Sistema de Normas da Consultoria Jurídica

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - DA/SE

AGROFORM - Sistema de formulários do MAPA

AUTENTICAÇÃO - Sistema de Controle de Acesso

ALMOX - Sistema de Almoxarifado

ALMOXARIFADO VIRTUAL - Sistema de Almoxarifado Virtual

CONFCON - Sistema de Conformidade Contábil

PATRIM - Sistema de Controle de Transferência de Bens Patrimoniais

PONTOWEB - Sistema de Registro Eletrônico de Frequência

SCVA - Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA

SRH - Sistema de Controle de Recursos Humanos

SISAD - Sistema de Avaliação de Desempenho

SISPSM - Sistema Prêmio Servidor Mapa

SIPAS - Sistema de Controle do Plano de Assistência à Saúde

SICAR - Sistema de Controle de Arrecadação

SIGED - Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

SIGESTI - Sistema de Gestão de TI

SCAWEB - Sistema de Controle de Acesso

SCES - Sistema de Controle de Entrada e Saída

SIGCLIMA - Sistema de Gestão do Ambiente Organizacional

SIOR - Sistema de Informações Orçamentarias

SOLICITA - Sistema de Solicitação de Acesso

THESAURUS - Sistema especializado em literatura agrícola

TIFACIL - Sistema gerenciador de chamados

CORREIO MAPA – Gerenciador de Correios

VÍDEO CONFERÊNCIA – Sistema de Vídeo Conferencia

VOIP – Sistema de Gerenciamento de Voice sobre IP

MAPA DRIVE – Sistema de Nuvem de Arquivos

SKYPE FOR BUSINESS – Ferramenta de Mensageria

4) Demonstrações Contábeis

4.1) BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em milhões de real

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	13.307	12.531	PASSIVO CIRCULANTE	5.996	5.959
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.946	8.180	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.121	1.129
Créditos a Curto Prazo	4.017	4.092	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	768	765
Clientes	22	12	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	197	363
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.502	1.402	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1	1
Demais Créditos e Valores	2.501	2.686	Obrigações de Repartição a Outros Entes	182	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-8	-8	Provisões a Curto Prazo	-	-
Estoque	344	258	Demais Obrigações a Curto Prazo	3.727	3.700
VPDs Pagas Antecipadamente	0	0			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	353.506	346.419	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.740	1.915
Ativo Realizável a Longo Prazo	23.426	24.160	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	4	4
Créditos a Longo Prazo	23.426	24.160	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Clientes	206	206	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	316	316
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13.243	14.028	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	139	139	Provisões a Longo Prazo	411	544
Demais Créditos e Valores	9.847	9.795	Demais Obrigações a Longo Prazo	1.009	1.052
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-9	-8	Resultado Diferido	-	-
Investimentos	13	15	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	7.736	7.874
Participações Permanentes	13	13			
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	2	2	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	21	21	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-10	-10	Patrimônio Social e Capital Social	3.351	3.351
Propriedades para Investimento	0	0	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	19	19
Propriedades para Investimento	0	0	Reservas de Capital	0	0
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	0	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	0	2	Reservas de Lucros	19	19
Demais Investimentos Permanentes	0	2	Demais Reservas	13	13
Imobilizado	329.949	322.131	Resultados Acumulados	355.676	347.674
Bens Móveis	1.283	1.293	Resultado do Exercício	8.073	4.518
Bens Móveis	2.534	2.525	Resultados de Exercícios Anteriores	347.674	342.902
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.224	-1.205	Ajustes de Exercícios Anteriores	-72	255
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-27	-27	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	328.666	320.838	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	359.077	351.076
Bens Imóveis	329.666	321.829			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.000	-991	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	366.813	358.950
Intangível	118	113			
Softwares	117	113			
Softwares	169	164			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-52	-51			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0	0			
TOTAL DO ATIVO	366.813	358.950			

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – MARÇO/2021

QUADROS DO BALANÇO PATRIMONIAL

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	9.356	8.595	PASSIVO FINANCEIRO	8.236	7.963
ATIVO PERMANENTE	357.457	350.355	PASSIVO PERMANENTE	6.787	6.652
			SALDO PATRIMONIAL	351.790	344.335

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2.021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	558	977	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	8.528	7.878
Atos Potenciais Ativos	558	977	Atos Potenciais Passivos	8.528	7.878
Garantias e Contragarantias Recebidas	162	155	Garantias e Contragarantias Concedidas	0	0
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	339	766	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	4.031	3.499
Direitos Contratuais	58	57	Obrigações Contratuais	4.497	4.379
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	558	977	TOTAL	8.528	7.878

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-2.922
Recursos Vinculados	4.042
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-281
Previdência Social (RPPS)	-193
Receitas Financeiras	-26
Dívida Pública	1.925
Alienação de Bens e Direitos	116
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.411
Outros Recursos Vinculados	90
TOTAL	1.120

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – MARÇO/2021

4.2) DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Valores em milhões de real

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.893	14.522
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15	14
Taxas	15	14
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	454	454
Contribuições Sociais	451	450
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	3	3
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	74	104
Venda de Mercadorias	44	84
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	30	20
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	130	132
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	26	35
Juros e Encargos de Mora	5	6
Variações Monetárias e Cambiais	0	1
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	99	91
Transferências e Delegações Recebidas	8.820	10.747
Transferências Intragovernamentais	8.240	8.455
Transferências Intergovernamentais	-	1
Transferências das Instituições Privadas	-	0
Outras Transferências e Delegações Recebidas	580	2.291
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	8.188	2.812
Reavaliação de Ativos	21	1.051
Ganhos com Alienação	0	0
Ganhos com Incorporação de Ativos	7.779	1.441
Ganhos com Desincorporação de Passivos	387	320
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	213	259
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	10	4
Resultado Positivo de Participações	0	0
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	1	156
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	202	99

Continuação DVP

	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	9.820	10.679
Pessoal e Encargos	1.536	1.554
Remuneração a Pessoal	1.082	1.175
Encargos Patronais	397	302
Benefícios a Pessoal	28	28
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	30	48
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	687	709
Aposentadorias e Reformas	423	442
Pensões	253	255
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	12	11
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	294	326
Uso de Material de Consumo	19	28
Serviços	245	245
Depreciação, Amortização e Exaustão	30	53
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1	1
Juros e Encargos de Mora	0	0
Variações Monetárias e Cambiais	0	0
Descontos Financeiros Concedidos	1	1
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	0
Transferências e Delegações Concedidas	6.218	7.185
Transferências Intragovernamentais	6.072	6.328
Transferências Intergovernamentais	10	113
Transferências ao Exterior	-	0
Outras Transferências e Delegações Concedidas	136	744
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	988	763
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	7	268
Perdas com Alienação	9	1
Perdas Involuntárias	5	0
Incorporação de Passivos	570	174
Desincorporação de Ativos	397	320
Tributárias	9	12
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8	11
Contribuições	0	0
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	57	119
Custo das Mercadorias Vendidas	56	119
Custos dos Produtos Vendidos	0	0
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	32	11
Incentivos	0	1
Subvenções Econômicas	9	5
Constituição de Provisões	21	3
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2	3
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	8.073	3.842

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – MARÇO/2021

4.3) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Valores em milhões de real

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	675	675
Receitas Tributárias	-	-	10	10
Taxas	-	-	10	10
Receitas de Contribuições	-	-	425	425
Contribuições Sociais	-	-	425	425
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	0	0
Receita Patrimonial	-	-	105	105
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	2	2
Valores Mobiliários	-	-	97	97
Exploração de Recursos Naturais	-	-	6	6
Receita Agropecuária	-	-	1	1
Receita Industrial	-	-	0	0
Receitas de Serviços	-	-	39	39
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	14	14
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	26	26
Outras Receitas Correntes	-	-	94	94
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	15	15
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	72	72
Demais Receitas Correntes	-	-	7	7
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	761	761
Alienação de Bens	-	-	12	12
Alienação de Bens Móveis	-	-	1	1
Alienação de Bens Imóveis	-	-	11	11
Amortização de Empréstimos	-	-	749	749
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	1.436	1.436
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	1.436	1.436
DEFICIT	-	-	1.871	1.871
TOTAL	-	-	3.307	3.307
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	7.190	7.190	3.255	2.208	1.659	3.936
Pessoal e Encargos Sociais	5.490	5.490	2.911	2.071	1.544	2.579
Outras Despesas Correntes	1.700	1.700	344	137	115	1.356
DESPESAS DE CAPITAL	7.451	7.451	53	24	23	7.398
Investimentos	8	8	-	-	-	8
Inversões Financeiras	7.443	7.443	53	24	23	7.390
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	86	86	-	-	-	86
SUBTOTAL DAS DESPESAS	14.728	14.728	3.307	2.232	1.681	11.420
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	14.728	14.728	3.307	2.232	1.681	11.420
TOTAL	14.728	14.728	3.307	2.232	1.681	11.420

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – MARÇO/2021

ANEXOS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Valores em milhões de real

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	300	615	336	313	2	599
Pessoal e Encargos Sociais	68	33	13	13	0	88
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	231	581	323	300	2	511
DESPESAS DE CAPITAL	2.251	3.757	355	341	6	5.661
Investimentos	1.205	1.695	30	17	5	2.877
Inversões Financeiras	1.047	2.062	325	324	1	2.783
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.551	4.372	692	654	8	6.260

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	109	685	580	45	169
Pessoal e Encargos Sociais	0	568	519	44	5
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	109	116	60	1	164
DESPESAS DE CAPITAL	81	88	14	1	154
Investimentos	75	44	10	0	107
Inversões Financeiras	6	44	4	1	46
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	190	773	594	46	322

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – MARÇO/2021

4.4) BALANÇO FINANCEIRO

Valores em milhões de real

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	1.436	1.634	Despesas Orçamentárias	3.307	4.618
Ordinárias	93	94	Ordinárias	1.649	2.749
Vinculadas	1.334	1.522	Vinculadas	1.658	1.869
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	532	404
Alienação de Bens e Direitos	12	10	Previdência Social (RPPS)	585	353
Transferências Constitucionais e Legais	3	1	Receitas Financeiras	53	57
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.318	1.509	Dívida Pública		7
Recursos a Classificar	1	2	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	488	1.048
(-) Deduções da Receita Orçamentária	9	18			
Transferências Financeiras Recebidas	8.148	8.360	Transferências Financeiras Concedidas	5.980	6.225
Resultantes da Execução Orçamentária	5.664	5.727	Resultantes da Execução Orçamentária	3.463	3.504
Cota Recebida	2.195	2.236	Repasse Concedido	1.301	1.295
Repasse Recebido	1.308	1.296	Sub-repasse Concedido	2.160	2.147
Sub-repasse Recebido	2.160	2.147	Cota Devolvida	0	14
Repasse Devolvido	1	41	Repasse Devolvido	1	41
Sub-repasse Devolvido		7	Sub-repasse Devolvido		7
Independentes da Execução Orçamentária	2.484	2.633	Independentes da Execução Orçamentária	2.518	2.721
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.047	1.072	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	528	691
Demais Transferências Recebidas	357	155	Demais Transferências Concedidas	356	155
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.079	1.406	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.633	1.875
Recebimentos Extraorçamentários	1.766	3.054	Pagamentos Extraorçamentários	1.296	1.498
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	550	532	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	594	898
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.076	2.353	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	654	513
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-3	79	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	47	87
Outros Recebimentos Extraorçamentários	142	90	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	0
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0	0	Valores Compensados		0
Restituições a Pagar	0	0			
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0				
Arrecadação de Outra Unidade	128	88			
Demais Recebimentos	14	2			
Saldo do Exercício Anterior	8.180	7.861	Saldo para o Exercício Seguinte	8.946	8.569
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.180	7.861	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.946	8.569
TOTAL	19.529	20.909	TOTAL	19.529	20.909

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – MARÇO/2021

4.5) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em milhões de real

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020	3.288	24	0	50	13	342.902	-	-	346.276
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	40	6	-	-	-	72	-	-	118
Aumento/Redução de Capital	24	-11	-	-	-	-	-	-	13
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	192	-	-	192
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	4.488	-	-	4.488
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-31	-	21	-	-	-10
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2020	3.351	19	0	19	13	347.674	-	-	351.076

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	3.351	19	0	19	13	347.674	-	-	351.076
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-228	-	-	-228
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	8.073	-	-	8.073
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	3.351	19	0	19	13	355.521	-	-	358.923

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – MARÇO/2021

4.6) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores em milhões de real

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	371	94
INGRESSOS	8.962	9.141
Receita Tributária	10	9
Receita de Contribuições	425	423
Receita Patrimonial	8	8
Receita Agropecuária	1	1
Receita Industrial	0	0
Receita de Serviços	39	46
Remuneração das Disponibilidades	97	95
Outras Receitas Derivadas e Originárias	94	29
Transferências Recebidas	-	1
Intergovernamentais	-	1
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	1
Outras Transferências Recebidas	-	0
Outros Ingressos Operacionais	8.287	8.529
Ingressos Extraorçamentários	-3	79
Restituições a Pagar	0	0
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0	0
Transferências Financeiras Recebidas	8.148	8.360
Arrecadação de Outra Unidade	128	88
Demais Recebimentos	14	2
DESEMBOLSOS	-8.591	-9.047
Pessoal e Demais Despesas	-2.303	-2.252
Administração	0	0
Assistência Social	-197	-13
Previdência Social	-671	-645
Trabalho	-	0
Direitos da Cidadania	-2	0
Gestão Ambiental	-9	-9
Ciência e Tecnologia	0	0
Agricultura	-1.241	-1.381
Organização Agrária	-144	-157
Encargos Especiais	-40	-47
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0	0
Transferências Concedidas	-261	-483
Intergovernamentais	-15	-227
A Estados e/ou Distrito Federal	-7	-209
A Municípios	-8	-18
Intragovernamentais	-244	-243
Outras Transferências Concedidas	-2	-13
Outros Desembolsos Operacionais	-6.028	-6.312
Dispêndios Extraorçamentários	-47	-87
Transferências Financeiras Concedidas	-5.980	-6.225
Valores Compensados	0	0
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	395	614
INGRESSOS	761	1.022
Alienação de Bens	12	5
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	749	1.016
DESEMBOLSOS	-366	-408
Aquisição de Ativo Não Circulante	-9	-29
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-314	-324
Outros Desembolsos de Investimentos	-43	-54
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	766	708
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	8.180	7.861
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.946	8.569

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – MARCO/2021

5) Notas Explicativas

5.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Mapa e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

As Demonstrações Contábeis do Mapa estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, exigidos pela Lei nº 4.320/1964, e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

5.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MAPA, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

5.2.1) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

5.2.2) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

5.2.3) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; (vii) valores a compensar e (viii) Estoques. Os valores a compensar são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

No INCRA a conta de CRÉDITOS A RECEBER – Regularização são decorrentes de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal. Os empréstimos e financiamentos a receber são constituídos de valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária, e no FUNDO DE TERRAS há Empréstimos e Financiamentos a Conceder pelos Agentes Financeiros, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débito oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimento da aplicação financeira do BNDES.

5.2.4) Estoques

Os estoques compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. No âmbito do MAPA a CONAB possui maior destaque no saldo de Estoque de Mercadorias em Armazéns de Terceiros e Estoques Públicos.

5.2.5) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) Créditos tributários; (ii) Créditos não tributários; (iii) Dívida ativa, somente no INCRA tem-se a Dívida Ativa não Tributária e (iv) Empréstimos e financiamentos concedidos.

Os empréstimos concedidos, no INCRA, referem-se a recursos para fomento (Fomento, Fomento Mulher, Semiárido, Florestal, Recuperação Ambiental, Cacau, Habitacional e Reforma Habitacional) com o objetivo de que o público da reforma agrária permaneça no campo e, no FUNCAFÉ, referem-se a Dação em Pagamento com várias Instituições Financeiras.

5.2.6) Investimentos

Os investimentos são compostos por: (i) Participações permanentes; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

A União tem utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

5.2.7) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

5.2.8) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*Impairment*).

5.2.9) Depreciação, amortização ou exaustão de Bens Imóveis não cadastrados no SPIUnet e de Bens Móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI disponível no sítio da STN consta todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

5.2.10) Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

5.2.11) Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) Empréstimos e financiamentos; (iii) Fornecedores e contas a pagar; (iv) Obrigações fiscais; (v) Obrigações de repartições a outros entes; (vi) Provisões; e (vii) Demais obrigações.

A conta “Precatório de terceiros” no INCRA registra as obrigações referente a precatórios, exceto precatórios de pessoal, de benefícios e de fornecedores de bens, materiais, serviços e utilidades.

5.2.12) Empréstimos e Financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

No âmbito do MAPA, há empréstimos de curto prazo – interno, especificamente na CONAB, que referem-se a repasses de recursos pelo Tesouro Nacional para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados a Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. Tais valores retornam ao Tesouro Nacional na medida da realização dos estoques, e da recuperação de créditos”.

5.2.13) Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) Riscos trabalhistas; (ii) Riscos fiscais; (iii) Riscos cíveis; (iv) Repartição de créditos tributários; (v) Provisões matemáticas; e (vi) Outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo.

No âmbito do MAPA, as Provisões de Longo Prazo dividem-se em:

- a) Provisão para Riscos Fiscais na CONAB;
- b) Provisão para Indenizações Trabalhistas na Embrapa e na CONAB e
- c) Provisões para Indenizações Cíveis na **Conab**.

5.2.14) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- a) Patrimonial;
- b) Orçamentário; e
- c) Financeiro.

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis

Não houve mudanças nas práticas e procedimentos contábeis deste trimestre.

5.4) Mudanças de Estrutura Administrativa

Em 2019 a MP 870, transformada na Lei nº 13.844 em 18/06/2019, e o Decreto nº 9667 de 02/01/2019 alteram a Estrutura do MAPA em que transfere as atividades de pesca e aquicultura, assistência técnica e extensão rural, irrigação e infraestrutura hídrica, políticas de agricultura familiar, reforma agrária, regularização fundiária, Amazônia Legal, terras indígenas e quilombolas, conservação e manejo de solo e da água, cooperativismo e associativismo, fundos de Terra e órgão gestor do Serviço Florestal Brasileiro, além das já existentes foram incorporadas ao Ministério;

O Decreto nº 10.041, de 03/10/2019, DOU de 04/10/2019, altera a estrutura do Ministério da Economia, incluindo a Entidade Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo.

O DECRETO Nº 10.253, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

6) Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis

6.1) BALANÇO PATRIMONIAL

A - Balanço Patrimonial – ATIVO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Mar/2021	Dez/2020	AH%	AV%
ATIVO CIRCULANTE	13.307	12.531	6,20%	3,63%
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.946	8.180	9,36%	67,22%
Créditos a Curto Prazo	4.017	4.092	-1,83%	30,19%
Estoques	344	258	33,25%	2,59%
VPDs Pagas Antecipadamente	0	0	0,00%	0,00%

Do total do Ativo, no valor de **R\$ 366,813 bilhões**, o Ativo Circulante, com saldo de **R\$ 13,307 bilhões** representa apenas **3,63%** e aumentou **6,20%** com relação ao último trimestre.

→ Caixa e Equivalentes de Caixa:

Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ Milhões			
	MAR/2021		DEZ/2020	
	Saldo R\$	% do total	Saldo R\$	% do total
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	4.845	54,16%	4.254	52%
TITULOS DA DÍVIDA AGRARIA	1.849	20,67%	1.849	22,60%
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	991	11,08%	750	9,17%
TITULOS DA DÍVIDA AGRARIA EM TRÂNSITO	738	8,25%	738	9,02%
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	461	5,15%	526	6,43%
FUNDO DE APLICACAO - EXTRAMERCADO	51	0,57%	52	0,64%
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	5	0,0%	5	0%
BANCOS CONTA MOVIMENTO BANCOS OFICIAIS EXTER.	5	0,0%	5	0%
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	1	0%	1	0%
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0	0,0%	0	0%
Totais	8.946	100%	8.180	100%

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 67,22% refere-se a Caixa e Equivalentes de Caixa que, neste trimestre apresenta o saldo de **R\$ 8,946 bilhões**, destacando-se o valor de R\$ 4,845 bilhões da conta **CTU - Recursos da Conta Única Aplicados** que representa **54,16%** do total da rubrica e refere-se às aplicações financeiras do Órgão Funcafé na Conta Única da União. Já em relação aos **Títulos da Dívida Agrária**, que equivalem a **28,92%**, os mesmos referem-se às apropriações de títulos para realização de pagamentos relacionados a política de reforma agrária, registrados no órgão **Incra**.

Destaca-se que, com relação ao Saldo de Títulos da Dívida Agrária em Trânsito, a STN solicitou, por meio de mensagem no SIAFI, ao INCRA, a apresentação dos motivos da permanência de saldo de Títulos da Dívida Agrária em Trânsito no fechamento do ano de 2020 no valor de R\$ 738 milhões, advindos de outros exercícios. A Autarquia respondeu através do mesmo meio, que foi criado um Grupo de Trabalho conforme O.S.º 988/2020/DO/SEDE/INCRA, mas que devido à Pandemia tornou-se impossível ao grupo fazer deslocamentos para verificações “in loco” da identificação dos imóveis para os devidos registros. Aguarda-se o fim do estado de emergência para a retomada aos trabalhos do grupo instituído para esse fim. Neste primeiro trimestre o saldo permanece com o mesmo valor.

Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” – no total de R\$ 8,946 bilhões

- Moeda Nacional em 31/03/2021 **R\$ 8,941 bilhões**
- Moeda Estrangeira em 31/03/2020 **R\$ 5 milhões**

Composição do “Caixa e Equivalente de Caixa” em Moeda Nacional – no total de R\$ 8,941 bilhões

- Conta Única - Subconta do Tesouro Nacional **R\$ 4,845 bilhões**
- Bancos Conta Movimento – Demais Contas **R\$ 5 milhões**
- Aplicações Financeiras de Liquidez **R\$ 52 milhões**
- Recursos Liberados pelo Tesouro **R\$ 1,452 bilhões**
- Títulos da Dívida Pública em poder da UG **R\$ 2,587 bilhões**.

Por Órgão	R\$ Milhões			
	mar/21	dez/20	AH	AV
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIIRA	4.927	4.356	13,11%	55,08%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	2.868	2.875	-0,24%	32,06%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	456	429	6,29%	5,10%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	339	254	<u>33,46%</u>	3,79%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	297	239	<u>24,27%</u>	3,32%
FUNDO DE TERRAS	56	25	<u>124%</u>	0,63%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	2	2	0%	0%
SEC.ESPEC.DE AGRIC.FAMIL.E DO DESENV.AGRARIO	-	-	-	-
Total:	8.945	8.180	9,35%	100%

Em relação à Conta Caixa e Equivalentes de Caixa por órgão, destacou-se o aumento, em relação ao último trimestre, de **124%** no órgão Fundo de Terras, - decorrente de pagamentos de despesas de custeio/investimento; de **33,46%** na Embrapa - decorrente de despesas com a folha de pagamento dos empregados; e de **24,27%** na CONAB - oriundo de custeio, crédito extraordinário e pagamento de pessoal.

→ Créditos a Curto Prazo:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Mar/2021	Dez/2020	AH%	AV%
Créditos a Curto Prazo	4.017	4.092	-1,83%	30,19%
CREDITOS A CURTO PRAZO	1.517	1.407	7,85%	37,76%
CLIENTES	22	12	84,20%	0,55%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	<u>1.502</u>	1.402	7,13%	<u>37,39%</u>
AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO	-7	-8	-4,75%	-0,18%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.500	2.686	-6,90%	62,24%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	<u>474</u>	650	-26,96%	<u>11,81%</u>
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	169	164	2,97%	4,20%
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	15	14	6,38%	0,37%
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0	0	0,00%	0,00%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	<u>1.843</u>	<u>1.859</u>	-0,85%	<u>45,88%</u>
AJUSTE P/PERDA DE MAIS CRED/VALOR CURTO PRAZO	-1	-1	0,00%	-0,02%

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 30,19% refere-se a Créditos a Curto Prazo que, neste trimestre, apresenta o saldo de **R\$ 4,017 bilhões**, diminuindo 1,83% com relação ao último trimestre.

→ **Empréstimos e Financiamentos Concedidos:**

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Mar/2021	Dez/2020	AH%	AV%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	1.502	1.402	7,13%	100,00%
EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER	222	122	81,84%	14,79%
EMPREST A CONCEDER PELOS AGENTES FINANCEIROS	1.280	1.280	0,00%	85,21%

Órgão	R\$ Milhões		
	Mar/2021	Dez/2020	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	222	122	
FUNDO DE TERRAS	1.280	1.280	85,22%
Total:	1.502	1.402	100%

Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos são compostos por **Empréstimos Concedidos a Receber** no total de R\$ 222 milhões - que referem-se a valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária do INCRA - e **Empréstimos a Conceder pelos Agentes Financeiros** – no total de R\$ 1,280 bilhão, que representam **85,22%** do valor total da rubrica e refere-se à capitalização do FUNDO DE TERRAS, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débito oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimento da aplicação financeira do BNDES.

Quanto ao saldo de empréstimos e financiamentos concedidos:

- **No INCRA** que refere-se a modalidade de empréstimos concedidos a beneficiários da reforma agrária não está sendo contabilizado os juros contratuais por competência;
- **No FUNCAFE** que refere-se a Dação em Pagamentos com diversas instituições financeiras quanto aos financiamentos da cafeicultura não há a evidência da contabilização dos juros contratuais por competência;
- **No FUNDO DE TERRAS** que refere-se aos financiamentos com o BNDES o qual tem a gestão financeira do FTRA e as atribuições de receber recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003, também não há contabilização dos juros contratuais por competência. Em todos os casos estuda-se junto a CCONT/STN a possibilidade da efetivação desses registros.

→ **Demais Créditos e Valores de Curto Prazo:**

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Mar/2021	Dez/2020	AH%	AV%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	474	650	-26,96%	100,00%
13 SALARIO - ADIANTAMENTO	108	109	-0,49%	22,83%
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	35	54	-35,03%	7,38%
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	305	452	-32,55%	64,19%
Outras Contas	27	35	-24,69%	5,59%

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Mar/2021	Dez/2020	AH%	AV%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	1.843	1.859	-0,85%	100,00%
RECURSOS DA UNIAO	441	451	-2,14%	23,94%
CRED A REC POR CESSAO DE CREDITOS PELA UNIAO	656	615	6,65%	35,59%
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	669	717	-6,75%	36,29%
Outras Contas	77	76	1,73%	4,18%

R\$ Milhões

Órgão	Mar/2021	Dez/2020	% AH	% AV
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIRA	16	28	-42,86%	0,64%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	19	20	-5%	0,76%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	115	96	19,79%	4,6%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	222	228	-2,63%	8,88%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	515	594	-13,30%	20,6%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	1.613	1.720	-6,22%	64,52%
Total	2.500	2.686	-6,92%	100%

O saldo do Funcafé apresentou significativa redução com relação ao último trimestre, na ordem de 42,86% no que se refere ao adiantamento de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED).

Os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo da CONAB e do MAPA representam, juntos, 85,12% do valor total da rubrica. A CONAB, que ocupa a maior parcela de representatividade nessa rubrica, 64,52% do total, apresentou decréscimo de 6,22% nesse trimestre, comparado ao anterior.

No que se refere ao MAPA, que ocupou 20,6% do total da rubrica, houve um decréscimo da ordem de 13,3%, provocado pela diminuição das transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), que apesar disso, continua responsável pela maior parcela do saldo.

→ Estoque:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	mar/21	dez/20	AH%	AV%
ESTOQUES	344	258	33,25%	100,00%
MERCADORIAS PARA REVENDA	281	202	39,09%	81,69%
PRODUTOS E SERVICOS ACABADOS	0	0	27,60%	0,09%
PRODUTOS E SERVICOS EM ELABORACAO	0	0	0,00%	0,08%
MATERIAIS EM TRANSITO	1	1	1,03%	0,20%
ALMOXARIFADO	50	44	13,05%	14,46%
OUTROS ESTOQUES	12	11	9,58%	3,48%

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 2,59% refere-se a Estoques que, neste trimestre, apresenta o saldo de R\$ 344 milhões e aumentou 33,25% com relação ao último trimestre. Os estoques compreendem especialmente as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração e almoxarifado.

R\$ Milhões

Órgão	Mar/2021	Dez/2020	% AH	% AV
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	13	13	0%	3,77%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	3	3	0%	0,87%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	45	38	18,42%	13,04%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	284	205	38,54%	82,32%
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO	0	0	0%	0%
Total	345	259	33,2%	100%

Em relação aos Estoques, destaca-se o saldo da **Conab**, que representa **82,32%** de todo o grupo e aumentou **38,54%**, com relação ao último trimestre referente a aquisição de produtos que compõem a cesta básica para doação.

O saldo de estoques da **Embrapa**, representa **13,04%** do grupo e aumentou **18,42%** com relação ao último trimestre referente a aquisição de materiais de consumo, animais e minerais.

B - Balanço Patrimonial – ATIVO NÃO CIRCULANTE:

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Mar/2021	Dez/2020	AH%	AV%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	353.506	346.419	2,05%	96,37%
Ativo Realizável a Longo Prazo	23.426	24.160	-3,04%	6,63%
Investimentos	13	15	-8,85%	0,00%
Imobilizado	329.949	322.131	2,43%	93,34%
Intangível	118	113	3,68%	0,03%

Do total do Ativo, no valor de **R\$ 366,813 bilhões**, o Ativo Não Circulante representa 96,37% e seu saldo aumentou 2,05% com relação ao último trimestre.

→ Ativo realizável a Longo Prazo

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Mar/21	dez/20	AH%	AV%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	23.426	24.160	-3,04%	100,00%
CREDITOS A LONGO PRAZO	13.583	14.368	-5,47%	57,98%
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	9.842	9.791	0,52%	42,02%
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LP	0	0	0,00%	0,00%

→ Créditos a Longo Prazo - Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	Mar/21	dez/20	AH%	AV%
CREDITOS A LONGO PRAZO	13.583	14.368	-5,47%	100,00%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	13.243	14.028	-5,60%	97,50%
FATURAS/DUPLIC A RECEBER - ESTOQUE PROPRIO	201	201	0,00%	1,48%
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	139	139	0,00%	1,02%
FATURAS/DUPLIC A RECEBER - PRESTACAO SERVICOS	4	4	-0,41%	0,03%
AJUSTE PERDA PARA CREDITO LIQUIDACAO DUVIDOSA	-4	-4	0,00%	-0,03%

Empréstimos e Financiamentos Concedidos			R\$ Milhões	
Órgão	mar/21	dez/20	AH	AV
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	5.981	6.304	-5,12%	45,17%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	4.127	4.589	-10,07%	31,17%
FUNDO DE TERRAS	3.134	3.134	0,00%	23,67%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	-	-	0,00%	0%
Total	13.242	14.027	-5,60%	100%

Os empréstimos e Financiamentos Concedidos tiveram leve redução de **5,6%** em relação ao último trimestre, destacando-se o órgão **INCRA**, que representa **45,17%** do total desse subgrupo e que reduziu **5,12%** com relação ao último trimestre devido ao recebimento de empréstimos concedidos vinculado ao contrato de estocagem; e o **Funcafé**, que representa **31,17%** desse total, e refere-se aos empréstimos concedidos a beneficiários da reforma agrária por autorização legal ou vinculado a contrato ou acordo, com vencimento a longo prazo.

Ademais, há apenas registro de **Ajustes de Perdas em Créditos a Longo Prazo** no órgão da **Conab**, com saldo de **R\$ 4 milhões** que figuravam em **2020** e permanecem no primeiro trimestre do corrente ano.

Dívida Ativa Não Tributária

Órgão	Mar/2021	Dez/2020	AH	AV
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	139	139	0%	100%
Total	139	139	0%	100%

A Dívida Ativa Não Tributária do **Incra** (100% do total da rubrica) é resultado de inscrições em dívida ativa realizadas na Procuradoria Federal Especializada, estando relacionadas, em sua maior parte, as publicações de Acórdãos emitidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, decorrentes de julgamentos de Tomadas de Contas Especiais instauradas na Autarquia citada.

→ Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:

			R\$ Milhões	
Órgão	Mar/2021	Dez/2020	AH	AV
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	8.143	8.143	0%	82,74%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	1.319	1.270	3,86%	13,4%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	346	344	0,58%	3,52%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	33	33	0%	0,34%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	1	1	0%	0%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	0	0	0%	0%
Total	9.842	9.791	0,52%	100%

			R\$ Milhões	
ESPECIFICAÇÃO	Mar/21	Dez/20	AH%	AV%
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	9.842	9.791	0,52%	100,00%
CRÉDITOS A RECEBER - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	7.827	7.827	0,00%	79,53%
CRED A REC POR CESSAO DE CREDITOS PELA UNIAO	1.191	1.135	4,93%	12,10%
CRED A REC POR ALIENACAO BENS MOVEIS/IMOVEIS	372	372	0,00%	3,78%
DEPOSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	280	282	-0,83%	2,84%
Demais Contas	172	174	-1,37%	1,75%

Demais Créditos e Valores a Longo Prazo tiveram pequeno aumento de **0,52%** e o órgão **Inkra** representa **82,74%** do total da rubrica, no valor de **R\$ 8,143 bilhões**. Desse total, R\$ 7,827 bilhões refere-se a conta “Créditos a receber – Regularização” que tem como função registrar os valores a receber decorrentes de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal.

- **Imobilizado** é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 004](#);
- O **Intangível** é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 005](#);
- Os **Investimentos** são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 006](#).

C - Balanço Patrimonial – PASSIVO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Mar/2021	Dez/2020	AH%	AV%
PASSIVO CIRCULANTE	5.996	5.959	0,64%	77,51%
Demais Obrigações a Curto Prazo	3.727	3.700	0,74%	62,16%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.121	1.129	-0,75%	18,69%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	768	765	0,42%	12,81%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	197	363	-45,74%	3,29%
Obrigações de Repartição a Outros Entes	182	-	100%	3,03%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1	1	0,72%	0,02%

Do total do Passivo Exigível, no valor de **R\$ 7,736 bilhões**, o Passivo Circulante representa 77,51% e seu saldo no total de R\$ 5,996 bilhões aumentou 0,64% com relação ao último trimestre.

→ **Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo:**

Órgão	R\$ Milhões			
	Mar/2021	Dez/2020	AH%	AV%
DEBITOS DE OPERACOES ESPECIAIS - CONAB	730	727	0,41%	95,05%
CONTRATOS DE EMPRESTIMOS INTERNOS - FUNDO DE TERRAS	38	38	0%	4,95%
Total:	768	765	0,39%	100%

O saldo da CONAB teve um aumento, no trimestre, de 3 milhões relativo a transferências recebidas do Tesouro Nacional para aquisições de produtos. O montante de R\$ 727 milhões até 31/12/2020 representa o diferimento dos repasses de recursos efetuados pelo Tesouro Nacional para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. Tais valores retornam ao Tesouro Nacional na medida da realização dos estoques e da recuperação de créditos, conforme Portaria Interministerial MAPA/MF nº 38/2004.

- Os **Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo** são objeto de análise à parte conforme a [Nota nº 001](#);

→ **Demais Obrigações a Curto Prazo:**

Órgão	R\$ Milhões			
	Mar/2021	Dez/2020	AH%	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	2.315	2.315	0%	62,11%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	1.210	950	27,37%	32,47%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	139	169	-17,75%	3,72%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	63	216	-70,83%	1,69%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	1	50	-98%	0%
Total:	3.727	3.700	0,73%	100%

ESPECIFICAÇÃO	Mar/21	AV%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.727	100,00%
PRECATORIOS DE TERCEIROS	2.242	60,16%
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A COMPROVAR - TED	1.120	30,04%
ENTIDADES CREDORAS - FEDERAIS	126	3,38%
CONSIGNACOES	90	2,41%
INDENIZACOES, RESTITUICOES E COMPENSACOES	63	1,69%
ENTIDADES PRIVADAS DE PREVIDENCIA	59	1,58%
Demais Contas	27	0,73%

A variação negativa nas Obrigações a Curto Prazo destacou-se no Órgão Funcafé, que reduziu 98% em relação ao trimestre passado. Essa diminuição refere-se às devoluções dos recursos à STN por meio de GRU, dado que os recursos não foram aplicados.

No MAPA, a variação negativa de 70,83% deve-se, essencialmente, à redução das obrigações com convênios. Já na EMBRAPA, a redução de 17,75% decorre da diminuição dos TEDs a comprovar.

As Obrigações a Curto Prazo da CONAB representam 32,47%, e aumentou 27,37% com relação ao último trimestre referente, especialmente, aos registros de recebimentos de recursos para execução de Termos de Execução Descentralizadas (TED) a comprovar. Os valores foram registrados no Ativo pela execução, e no Passivo pelo recebimento até os registros das comprovações e aprovações, os quais serão baixados, concomitantemente, do Ativo e Passivo

Outros 62,11% das Obrigações a Curto Prazo tem como responsável o INCRA, sendo a maior parte deste saldo referente aos registros dos Precatórios de Terceiros. O saldo desses precatórios aumentou de R\$ 2,213 bilhões para R\$ 2,242 bilhões. Este aumento de 1,34% no saldo refere-se à inclusão, reinclusão e atualizações monetárias, conforme orientações do Conselho de Justiça Federal – CJF.

Apesar da ocorrência de variações significativas tanto positivas quanto negativas, o total das Demais Obrigações a Curto Prazo sofreu um leve aumento de 0,73%.

D - Balanço Patrimonial – PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	Milhões			
	Mar/2021	Dez/2020	AH%	AV%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.740	1.915	-9,17%	22,49%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	4	4	0,00%	0,21%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	316	316	0,00%	18,17%
Provisões a Longo Prazo	411	544	-24,49%	23,61%
Demais Obrigações a Longo Prazo	1.009	1.052	-4,03%	58,01%

Do total do Passivo Exigível, no valor de **R\$ 7,736 bilhões**, o Passivo Não Circulante representa 22,49% e seu saldo no total de R\$ 1,740 bilhão diminuiu 9,17% com relação ao último trimestre.

O subgrupo **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo**, referente especialmente a Precatórios de Pessoal, representa apenas 0,21% do total do Ativo Não Circulante e não sofreu nenhuma alteração com relação ao último trimestre.

- **Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo** são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 001](#) ;
- As **Provisões a Longo Prazo** são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 003](#).

- **Demais Obrigações a Longo Prazo:**

Órgão	R\$ Milhões			
	Mar/2021	Dez/2020	AH%	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	88	88	0%	8,72%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	40	40	0%	3,96%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	881	923	-4,6%	87,31%
Total:	1.009	1.051	-4%	100%

O Órgão CONAB representa 87,31% do valor total da rubrica, essencialmente na conta ENTIDADES PRIVADAS DE PREVIDENCIA e sofreu variação negativa de 4,6% com relação ao último trimestre. O valor decorre da diferença entre a atualização do contrato de saldamento e as parcelas pagas, firmado entre a CONAB e o Instituto Conab de Seguridade Social (CIBRIUS). O contrato foi firmado para saldar o plano de previdência complementar da CONAB, cujos repasses serão disponibilizados pelo Tesouro Nacional em 228 parcelas, conforme contrato aprovado pelos órgãos superiores. Desde Janeiro de 2020 já houve o pagamento das quinze primeiras parcelas.

Essa variação negativa no que se refere à CONAB foi responsável também pela variação negativa de 4% nas Demais Obrigações a Longo Prazo.

O saldo do Incra, no total de 88 milhões, representa 8,72% da rubrica e refere-se a conta PRECATÓRIOS DE TERCEIROS, que não teve alteração. Os pagamentos de precatórios de terceiros somente são realizados a medida que a justiça decide sobre o pagamento, ou não, dessas dívidas. Portanto não houve pagamentos, e as respectivas baixas na conta, pois não houve decisão judicial neste sentido.

E - Balanço Patrimonial – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	Mar/2021	2020	AH%	AV%
Patrimônio Social e Capital Social	3.351	3.351	0,00%	0,93%
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	19	19	0,00%	0,01%
Reservas de Capital	0	0	0,00%	0,00%
Reservas de Lucros	19	19	0,00%	0,01%
Demais Reservas	13	13	0,00%	0,00%
Resultados Acumulados	355.676	347.674	2,30%	99,05%
Resultado do Exercício	8.073	4.518	78,68%	
Resultados de Exercícios Anteriores	347.674	342.902	1,39%	
Ajustes de Exercícios Anteriores	-72	255	-128,31%	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	359.077	351.076	2,28%	100,00%

Resultados de Exercícios Anteriores:

Órgão	R\$ Milhões			
	Mar/2021	Dez/2020	AH%	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	327.762	327.980	0%	94,29%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	8.905	8.912	0%	2,56%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	8.810	8.810	0%	2,53%
FUNDO DE TERRAS	4.401	4.401	0%	1,27%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	45	45	0%	0%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	0	0		0%
SEC.ESPEC.DE AGRIC.FAMIL.E DO DESENV.AGRARIO	0	0		0%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	-2.320	-2.473	-1%	0,67%
Total	347.603	347.675	0%	100%

O órgão com maior relevância é o INCRA que representa 94,29% do total da conta.

Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

Ao final do 1º Trimestre de 2021, o MAPA apresentou um saldo de **R\$ 513 milhões**, relacionados com fornecedores e contas a pagar de curto e longo prazo e representa uma redução de 24% em relação ao último trimestre.

A seguir apresenta-se a tabela segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

COMPOSIÇÃO	R\$ Milhões		
	31/03/2021	31/12/2020	AH (%)
Circulante Curto Prazo	197	363	-46%
Nacionais	196	362	-46%
Estrangeiros	1	1	-
Não Circulante (Longo Prazo)	316	316	-
Nacionais	316	316	-
Total	513	679	-24%

Para os Fornecedores e Contas Pagar de Curto Prazo e Longo Prazo em 31/03/2021 os saldos relevantes são os Fornecedores Nacionais de Longo Prazo.

Quanto ao Curto Prazo verifica-se um decréscimo de 46%.

Na continuação apresenta-se a tabela relacionando-se os Órgãos contratantes com valores mais expressivos de Fornecedores e Contas a Pagar na data base de 31/03/2021.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃOS	R\$ Milhões	
	31/03/2021	AV (%)
FUNCAFE	316	61,57%
MAPA	76	14,72%
CONAB	67	13,14%
INCRA	28	5,43%
EMBRAPA	25	4,92%
SFB	1	0,21%
Total	513	100%

No âmbito do Mapa o FUNCAFE é responsável por 61,57% do total das obrigações.

Na tabela apresentada a seguir relacionam-se os fornecedores mais significativos do Mapa saldos em aberto, na data base de 31/03/2021.

Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

FORNECEDORES	R\$ Milhões	
	31/03/2021	AV (%)
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	63	66,75%
AGENCIA NACIONAL DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURA	9	9,66%
CAIXA DE ASSISTENCIA DOS EMPREGADOS DA EMPRESA BRASILEI	6	6,83%
COOPERATIVA DE TRABALHO AGRICOLA, ASSISTENCIA TECNICA E	4	4,23%
TOPOSAT ENGENHARIA LTDA - EPP	4	3,97%
M MARQUES MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI	2	2,26%
SINDICATO DOS TRAB NA MOV DE MERC EM GERAL DE BARREIRAS	2	1,87%
DELTA PROJETOS AGROPECUARIOS PARNAMIRIM LTDA	2	1,75%
TERRAPLANA SERVICOS DE TERRAPLANAGEM LTDA - EPP	1	1,40%
SINTRAMB - SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTACAO	1	1,25%
Total	95	100%

Nota nº 002 - Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial em 31/03/2021, a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, possuía saldo a executar de Obrigações Contratuais no valor total de **R\$ 4,497 bilhões**, valor este extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial para a data de 31/03/2021. Apresentamos tabela extraída do SIAFI consolidando as obrigações contratuais referentes ao 1º Trimestre de 2021, conforme abaixo:

Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.

ITENS	R\$ Milhões			
	31/03/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Serviços	2.914	2.782	64,81%	4,74%
Empréstimos e Financiamentos	1.337	1.359	29,72%	-1,62%
Fornecimento de Bens	139	130	3,08%	6,92%
Seguros	72	74	1,61%	-2,70%
Demais	23	23	0,50%	-
Aluguéis	12	12	0,26%	-
Total	4.497	4.379	100,00%	2,70%

Com base nas informações da tabela 01, as obrigações contratuais do Mapa apresentaram decréscimo em quase todas as rubricas, sendo mais significativos nas rubricas Seguros, que teve um decréscimo de 2,70%, e Fornecimento de Bens, que teve um acréscimo de 6,92%. Dentre as obrigações contratuais relacionadas, as de Serviços representam 64,81% do total das obrigações assumidas pelo Ministério.

Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃO	R\$ Milhões	
	31/03/2021	AV (%)
FUNCAFE	1.341	29,81%
CONAB	1.179	26,22%
MINIST. DA AGRICULTURA	1.056	23,48%
INCRA	506	11,26%
EMBRAPA	373	8,29%
SFB	42	0,94%
Total	4.497	100,00%

A tabela 02, relaciona os órgãos subordinados contratantes na data-base de 31/03/2021. O órgão **FUNCAFÉ** possui maiores obrigações contratuais em torno de 29,81% do valor total das obrigações contratuais, sendo a maior parte dessas obrigações (99,70%) referentes a Empréstimos e Financiamentos – seguido da **CONAB** – com 26,22% do valor total das obrigações contratuais, das quais 99,05% referem-se a contrato de Serviços.

Tabela 03 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

Contratado	R\$ Milhões	
	31/12/2020	AV (%)
INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS	939	20,89%
SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMERCIO S.A	270	6,01%
BANCO BRADESCO S.A	227	5,05%
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	210	4,66%
BANCO DE TOKYO-MITSUBISHI UFJ BRASIL S/A	151	3,37%
BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A	132	2,94%
BANCO DO BRASIL SA	120	2,67%
CAST INFORMATICA S/A	93	2,06%
BANCO CITIBANK S A	91	2,02%
BANCO FIBRA SA	88	1,95%
Total dos 10 primeiros Contratados mais relevantes	2.322	51,63%
➔ Demais Obrigações – Por Contratado.	2.175	48,37%
Total	4.497	100%

A tabela 03 relaciona os dez contratados que estão com os valores mais expressivos na data-base de 31/03/2021. Os dois contratados com valores mais expressivos são da **CONAB**. Sendo que a obrigação contratual com a CIBRIUS, no valor de R\$ 939 milhões, representa 79,64% de todas as obrigações contratuais da CONAB e 32,22% de todas as obrigações contratuais de Serviços assumidas pelo Ministério.

Nota nº 003 - Provisões

Em 31 de março de 2021 o **MAPA** apresentou um saldo de **R\$ 411 milhões** relacionados a provisões de longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões do 1º trimestre 2021.

Tabela 01 – Provisões – Composição.

COMPOSIÇÃO	31/03/2021	31/12/2020	R\$ Milhões AH (%)
Provisões a curto prazo	0	0	0%
Provisões a longo prazo	411	544	-24,45%
Total	411	544	-24,45%

Tabela 02 – Provisões de Curto Prazo – Composição.

Provisões	31/03/2021	31/12/2020	R\$ Milhões AH (%)
Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	0	0	0%
Riscos Cíveis a Curto Prazo	0	0	0%
Total	0	0	0%

Pode-se observar que as Provisões a Curto Prazo foram zeradas no período até 31/03/2021.

Provisões de Longo Prazo

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme as tabelas a seguir.

Tabela 03 – Provisões de Longo Prazo por Órgão.

Órgãos	31/03/2021	31/12/2020	R\$ Milhões AH (%)
Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária – Embrapa	98	253	-61,26%
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	313	291	7,56%
Total	411	544	-24,45%

Em **31/03/2021** o saldo apresentado na conta foi de **R\$ 411 milhões**, sendo na **Embrapa R\$ 98 milhões** e na **CONAB R\$ 313 milhões**. A **CONAB** é responsável por 76,16% do total de provisões a longo prazo.

Tabela 04 – Provisões a Longo Prazo – Composição.

Provisões	31/03/2021	31/12/2020	R\$ Milhões AH (%)
Riscos Trabalhistas	352	503	-30,02%
Riscos Fiscais	6	6	0%
Riscos Cíveis	53	35	-51,43%
Total	411	544	-24,45%

A Provisão para Indenizações Trabalhistas é a mais relevante dentre as de longo prazo.

A redução de 61,26% do saldo de provisões da Embrapa refere-se a reversão de parte da provisão trabalhista acumulada devido à implantação de nova metodologia de classificação de riscos de processos judiciais na foma regulamentada pela deliberação nº 27 de 20/10/2010, publicada no BCA Nº 51 de 02/11/2020. Critérios atualizados à luz do CPC 25 - PROCESSO SEI Nº 21148.003821/2021-3.

Embrapa

R\$ Milhões

Natureza	Valor Estimado em mar/2021	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Trabalhistas		
Prováveis	75	Ad. Insalubridade/ Ad. Periculosidade/Horas in itinere/Horas extras/Redução de Jornada/Incorporação de Gratificação/Jornalistas/ (*) Pagamento de Premiação.
Cíveis		
Prováveis	2	Anulação de ato administrativo
Previdenciários		
Prováveis	20	Encargos Previdenciários
Tributários		
Prováveis	1	Anulação de débito fiscal/ ITR - INSS - Secretaria da Receita Federal do Brasil - União Federal - CEF
TOTAL	98	

Notas Explicativas:

(1) A Planilha consiste dos processos ativos, onde a Embrapa é Ré, da Justiça Trabalhista e Federal.

NOTA EMBRAPA: Conforme decidido em reunião conjunta em 17/03/2021, das 14 às 15 horas, realizada pelas equipes SGE/GJC e SGE/GFC em regime de teletrabalho, a partir dos valores acumulados já contabilizados, os valores atuais para fins de provisão e ou registro em notas explicativas, seriam obtidos a partir das adições e das reversões no período apurado. Desta forma, dá-se como implantada nova metodologia de classificação de riscos de processos judiciais na forma regulamentada pela deliberação nº 27, de 20/10/2020, publicada no BCA nº 51 de 02/11/2020. Os critérios subjetivos de classificação de passivos contingentes na forma de metodologia anterior, serão substituídos por critérios objetivos a luz do pronunciamento técnico CPC 25.

CONAB

R\$ Milhões

Natureza	Valor Estimado em mar/2021
Trabalhistas	
Prováveis	254
Cíveis	
Prováveis	53
Fiscais	
Prováveis	6
TOTAL	313

Nas Provisões a Longo Prazo da CONAB, 98,23% são referentes a Riscos Trabalhistas e Riscos Cíveis a serem desembolsados a longo prazo, conforme planilha de Provisões Passivas, elaboradas pelas áreas jurídicas da Companhia.

No Mapa como administração direta não há registros de provisões para indenizações trabalhistas, para riscos cíveis, para pagamento de autos de infração, para pagamento de seguros – sinistros, para repartição de créditos, para perdas judiciais, para perdas de investimentos, para serviços de terceiros, somente as de encargos de férias e 13º salário, porém no tocante ao INCRA e as Entidades Supervisionadas de empresas da administração indireta, CONAB e Embrapa, existem estas provisões e as demais, assim como os registros para perdas

Nota nº 004 - Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), a qual é preservada para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos. Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles devem ser reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31 de março de 2021, a União por meio do MAPA apresentou um saldo de **R\$ 329,949 bilhões**, líquidos da depreciação e amortização, que representou um acréscimo de 2,43% em relação ao 4º trimestre/2020.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o primeiro trimestre de 2021 e para o exercício de 2020.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição

	R\$ Milhões		
	31/03/2021	31/12/2020	AH (%)
Bens Móveis	1.283	1.293	-0,81%
(+) Valor Bruto Contábil	2.534	2.525	0,34%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.224)	(1.205)	1,59%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(27)	(27)	0,31%
Bens Imóveis	328.666	320.838	2,44%
(+) Valor Bruto Contábil	329.666	321.829	2,44%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	1000)	(991)	0,91%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	
Total	329.949	322.131	2,43%

Bens Móveis

Os Bens Móveis em 31/03/2021 totalizavam em **R\$ 1,283 bilhão**, líquidos de depreciação/redução ao valor recuperável acrescidos de bens advindos dos órgãos incorporados ao MAPA por força do Decreto nº 9.667/2019 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição

	R\$ Milhões		
Bens Móveis - Composição	31/03/2021	31/12/2020	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.099	1.096	0,30%
Bens de Informática	500	490	2,04%
Móveis e Utensílios	259	257	0,61%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	36	35	1,87%
Veículos	475	478	-0,51%
Bens Móveis em Andamento	7	6	6,05%
Bens Móveis em Almoxarifado	40	44	-8,68%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	5	5	-3%
Demais Bens Móveis	114	115	-0,74%
Depreciação / Amortização Acumulada	-1.224	-1.205	1,59%
Redução ao Valor Recuperável	-27	-27	0%
Total	1.283	1.293	-0,81%

Constam Bens Móveis registrados, no valor de R\$ 19,452 milhões no fechamento do balanço 2020 referente à conta de Bens Não Localizados. No final do 1º trimestre/2021 este valor diminuiu para 18,724 milhões.

Foi gerado o Processo SEI nº 21000.004025/2017-17 em que as Unidades Descentralizadas da Administração Direta envolvidas se comprometeram, inclusive com prazos, nas respectivas apurações de responsabilidades dos saldos remanescentes da conta de Bens Não Localizados.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 30/03/2021 totalizavam R\$ 328,666 bilhões, líquidos de depreciação/amortização, e teve um aumento de 2,44% em relação ao período de 31/12/2020, com maior concentração no Órgão INCRA, advindo ao MAPA por força do Decreto nº 9.667/2019, no valor líquido de R\$ 320,704 bilhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 03 – Bens Imóveis – Composição por Órgãos

Órgão UGE	MIN.AGRICULTURA		INCRA		EMBRAPA		CONAB		SFB		TOTALS		R\$ Milhões
	mar/21	dez/20	mar/21	dez/20	mar/21	dez/20	mar/21	dez/20	mar/21	dez/20	mar/21	dez/20	AV mar/21
Bens de Uso Especial	7.995	7.510	173.625	166.006	516	516	309	307	1	1	182.445	174.339	4,65%
Bens Dominicais	-	-	146.240	146.507	-	-	-	-	-	-	146.240	146.507	-0,18%
Bens Imóveis em Andamento	112	113	423	423	46	45	22	32	2	3	606	615	-1,58%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	23	23	2	2	211	211	10	1	-	-	247	238	3,62%
Instalações	22	22	15	15	88	87	0	0	-	0	125	124	0,81%
Demais Bens Imóveis	0	0	5	5	-	-	-	-	-	-	5	5	-
Depr./Amort. Acum Bens Im	-47	- 47	-395	-393	-340	-334	-218	-217	-0	-0	-1000	-991	0,91%
Total	8.199	7.621	320.704	312.564	1.201	525	559	124	4	4	328.666	320.838	2,44%

Tabela 03.a – Bens Imóveis – Composição Total

R\$ Milhões

Bens Imóveis – Composição	31/03/2021	31/12/2020	AH (%)
Bens de Uso Especial	182.445	174.339	4,65%
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	-
Bens Dominicais	146.240	146.507	-0,18%
Bens Imóveis em Andamento	606	615	-1,58%
Instalações	125	124	0,81%
Demais Bens Imóveis	5	5	0,00%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	247	238	3,62%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Depreciação / Amortização Acumulada – Bens Imóveis	-1.000	-991	0,91%
Totais	328.666	320.838	2,44%

De acordo com a tabela ao lado, os BENS DE USO ESPECIAL apresentaram um acréscimo de 4,65% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do 1º trimestre/2021, perfazendo o montante de **R\$ 182,445 bilhões** a valores brutos.

Em síntese, os BENS DE USO ESPECIAL, os quais são considerados os mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal, são constituídos conforme tabela abaixo:

Tabela 04 – Bens de Uso Especial – Composição

R\$ Milhões

Bens de Uso Especial – Composição	31/03/2021	31/12/2020	AH (%)
Fazendas, Parques e Reservas	93.618	93.591	0,03%
Terrenos, Glebas	79.331	71.742	10,58%
Imóveis de Uso Educacional	1	1	0
Edifícios	1.096	1.094	0%
Complexos, Fábricas e Usinas	1.657	1.657	-0,01%
Imóveis Residenciais e Comerciais	119	119	0%
Aeroportos, Estações e Aeródromos	1	1	0,00%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.967	1.967	0%
Unidade/instalação de Aquicultura/P	4.655	4.168	11,67%
Totais	182.445	174.339	4,65%

Destaca-se o item “**Fazendas, Parques e Reservas**” no valor de R\$ 93,618 bilhões, com realce no Órgão **INCRA** no valor de R\$ 93,583 bilhões, referente a 30 (Fazendas), 43 (Parques) e 49 (Reservas).

E sendo que este item nos anos de 2019 e 2020 já se destacava como o 2º maior valor no âmbito do Balanço Geral da União – BGU e que ainda continua.

A conta “Bens dominicais não registrados no SIAFI” do INCRA representam os bens não registrados no Sistema Integrado de Administração Patrimonial – *SIAPA*, que é o sistema que abriga os dados cadastrais de imóveis classificados como dominiais quanto à sua destinação no âmbito da SPU. Os referidos imóveis constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Compreende ainda, não dispondo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Em 31/12/2018 o INCRA possuía um saldo de R\$ 12,479 bilhões relacionado a bens dominicais não registrados no SIAFI. No ano de 2019, teve um acréscimo de **1.095,18%**, passando para R\$ 149,142 bilhões, decorrente da incorporação de Glebas da extinta SEAD ao INCRA. No ano de 2020, teve um decréscimo de **-1,77%**, passando para R\$ 146,507 bilhões. Por fim, no 1º trimestre de 2021, teve decréscimo de **-0,18%**, passando para R\$ 146,240 bilhões. Esse decréscimo de 0,18% deve-se à baixa dos imóveis da Superintendência Regional de Santarém – SR-30: Área Trombetas, Comunidade Boa Vista e Área Cuminá e Trombetas, no total de R\$ 268 milhões.

Do total dos bens dominicais, a maior parte refere-se a GLEBAS no valor de R\$ 141,175 bilhões, registrado na conta corrente “P IM0110731 – Glebas Amazônicas – Programa Terra Legal”. Esses bens foram transferidos em 3 maio de 2019 – NS 004/130231 - da SERFAL/MAPA (130231) para SRFA/INCRA (133003).

CESSÃO DE USO – BENS CEDIDOS			COMODATO DE BENS – CONCEDIDOS			MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS		
R\$ milhões			R\$ milhões			R\$ milhões		
ÓRGÃO	31/03/2021	31/12/2020	ÓRGÃO	31/03/2021	31/12/2020	ÓRGÃO	31/03/2021	31/12/2020
MAPA	1	1	MAPA	-	-	MAPA	13	13
INCRA	-	-	INCRA	-	-	EMBRAPA	-	-
CONAB	1	1	EMBRAPA	10	10	CONAB	280	202
Total	2	2	CONAB	-	-	Total	293	215
			Total	10	10			

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Os órgãos subordinados que fizeram a redução ao valor recuperável dos bens foram o Instituto Nacional de Meteorologia/Mapa, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incra e Companhia Nacional de Abastecimento/Conab, as demais unidades do órgão subordinado do MAPA não fizeram os ajustes anteriores ao ano de 2010 e quanto as Superintendências Federais de Agricultura e os Laboratórios Nacionais Agropecuários, e CEPLACs, não houve manifestação quanto às providências da Macrofunção SIAFI Web 02.03.35.

Na CONAB, até o 1º trimestre de 2021 foi efetuado o estudo “teste” relativo à perda por redução ao valor recuperável (*Impairment*) dos bens móveis, que alcançou a perda de aproximadamente R\$ 422 mil. Os bens imóveis não apresentaram perdas por redução ao valor recuperável. A CONAB capacitou, por meio de curso externo, vinte e três engenheiros para avaliar os bens imóveis que serão incluídos no plano de desmobilização dos imóveis da Companhia e para a realização dos estudos (testes) de recuperabilidade dos imóveis (*Impairment*).

Na Embrapa foi emitida Nota Técnica SGE/GCIN nº 001/2021, onde concluiu-se que não foram identificadas situações que caracterizassem a necessidade de realização do teste no exercício de 2020.

Destaca-se que na maioria do ativo imobilizado da entidade não houve reavaliação nem redução ao valor recuperável devido as várias impropriedades no sistema da LinkData (que está em descontinuidade no órgão devido ao fim da vigência do contrato), e nos demais sistemas de controle patrimonial atuantes no Mapa. Tal reconhecimento é necessário mesmo antes da incorporação de vários órgãos à Pasta, e agora ainda mais, considerando a relevância do imobilizado atualmente. As providências para tal reconhecimento decorrem da necessidade de recursos para contratação de empresa com esse fim ou quando do fim do processo de implantação do novo sistema de controle patrimonial, o SIADS, que vislumbre a reavaliação e a redução ao valor recuperável.

Valores da Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado por Órgão Subordinado	
R\$ milhões	
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO	
MAPA	23
INCRA	3
CONAB	0,4
Total	27

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.1) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

(a.2) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação: $Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens

reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(a.3) **Sistemas de controle patrimonial**

No Mapa como administração direta existem três sistemas de controle patrimonial, são eles:

- i. Sistema próprio desenvolvido pelo INMET e utilizado pelo mesmo e seus Distritos de Meteorologia;
- ii. Sistema próprio desenvolvido pela CEPLAC e utilizado em todas as suas Unidades;
- iii. Sistema ASI da Linkdata (está em descontinuação devido ao fim da vigência do contrato) utilizado nas Superintendências Federais (SFA), nos Laboratórios Federais (LFDA);
- iv. Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS (sistema que irá substituir o ASI), que está em processo de implantação, iniciado na unidade gestora do Mapa Sede e em expansão para as demais unidades do órgão. Atualmente, está sendo utilizado de forma mais integral pelo SFB, porém com alguns problemas ainda não resolvidos entre o SFB e a STN.

NOTA SOBRE SIADS – DIPAT (DIVISÃO DE PATRIMONIO DA CGEF/DA/MAPA)

Esta Nota Explicativa visa esclarecer os procedimentos adotados na implantação do SIADS – Sistema de Patrimônio do Governo Federal, no ajuste das contas e padronização no cadastro dos bens.

O Siads representa uma solução para o gerenciamento de informações patrimoniais e gestão de materiais. A estrutura do MAPA, traz inúmeros desafios administrativos, entre eles a padronização na execução de procedimentos que alinhem os objetivos estratégicos da instituição à gestão patrimonial.

Outro aspecto positivo é que o sistema permite o controle permanente de depreciação dos bens, viabiliza a realização de inventário eletrônico em plataforma mobile e amplia a automação do registro contábil. Além disso, possibilita que o ato e fato das ações administrativas sejam registrados no Siafi, em tempo real por meio do Siads. Podemos observar, que esse sistema preenche uma lacuna que impedia os órgãos de avançarem na geração de informações contábeis e de custos, necessárias para uma melhor tomada de decisão no que tange à gestão dos estoques e dos bens móveis e benefícios para a gestão pública, conforme descrito abaixo:

- Maior redução de custos;
- Melhoria na transparência;
- Padronização de processos, procedimentos contábeis e mecanismos de controle;
- Facilidade de obtenção de dados pelos órgãos de controle;
- Melhoria no processo de localização de bens pelo cruzamento de dados;
- Melhoria no processo de gestão de almoxarifado e patrimônio;
- Controle de itens patrimoniais (entrada, localização, responsáveis etc.)

Estamos ainda na fase inicial de implantação do SIADS, conhecendo a ferramenta, e cadastrando os bens manualmente, tendo em vista, que as informações para migração dos dados do ASIWEB, não poderá ser realizada, tendo em vista, que o sistema não aceita dados corrompidos. A DIPAT – Divisão de Patrimônio, estuda a melhor prática de implementação para sanear a base de dados dos itens do MAPA, como forma de enxugá-los ao máximo e padronizá-los, evitando itens duplicados, e contas incorretas, no qual culminará na utilização plena do sistema.

Com as incorporações, hoje o MAPA, tem em torno de 100 mil bens, já foram cadastrados: Setor de Transporte, gráfica, subsolo, térreo, sobreloja, 2º, 3º, 7º em parte, 8º andar e o 9º andar Secretaria Executiva do prédio da Sede, o anexo não foi dado início ao cadastro.

Desde novembro/2020 o cadastro no Siads, encontra-se paralisado, a Divisão de patrimônio, estava concentrado no Leilão, tendo em vista que o contrato do leiloeiro, estava para ser encerrado. Estamos com previsão de retorno, ao levantamento e cadastro para o dia 3/05/2021. Apesar de entendermos que a área de patrimônio se encontra em atraso, quanto ao Siads, hoje! O MAPA, tem em torno 100.000, bens a serem cadastrados, e até o momento só foram realizados 6.159 cadastros, que equivale a 6,15% dos bens. Vale destacar que a área, encontra-se com um quadro reduzido, para atender todas as demandas do setor. Estaremos retornando no dia 3/05/2021, a inclusão dos bens no Siads.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Ajustes de Exercícios Anteriores – Imobilizado

			R\$
Órgão	Classificação Contábil	Classificação Contábil	Saldo - Moeda Origem (Conta Contábil)
MIN.AGRICULTURA		Aparelhos de Medição e Orientação	114
		Equipam/ Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hosp	0
		Aparelhos e Utensílios Domésticos	13.525
		Veículos de Tração Mecânica	111.817
		Material de Uso Duradouro	(406)
		Depreciação Acumulada	118.535
	Mobiliário em Geral	(336)	
	Veículos de Tração Mecânica	460.404	
	Depreciação Acumulada	(672)	
	TOTAL		

* Esta tabela foi gerada em R\$ e não em R\$ milhões a fim de que os valores não fossem "perdidos", visto que entendemos ser relevante o destaque desses ajustes no Imobilizado.

Nota nº 005 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No MAPA não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, **mas o MAPA até a presente data não procedeu ao teste de recuperabilidade e não avalia anualmente se a vida útil indefinida é justificável.**

Conforme anexo à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, DOU 29/09/2015, o Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidênciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação, preparação de sistemas desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/03/2021, o **MAPA** apresentou um saldo de **R\$ 117,57 milhões** relacionados ao intangível, líquidos de amortização mais os softwares não localizados.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2021 e 2020.

Tabela 01 – Intangível – Composição.

Intangível – Composição	R\$ Milhões		
	31/03/2021	31/12/2020	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	94,75	94,30	0,48%
Software com Vida Útil Indefinida	72,30	68,08	6,20%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	0,49	0,49	0,00%
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	0,00	0,00	0,00%
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	0,30	0,30	0,00%
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	(51,73)	(51,23)	0,98%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Softwares Não Localizados	1,46	1,46	0,00%
Total	117,57	113,40	3,68%

Tabela 02 – Adições e Baixas no Intangível – Por Órgão – no 1º Trimestre de 2021.

Órgão	Conta Contábil	R\$ Milhões	
		ADIÇÕES	BAIXAS
MINIST.DA AGRICULTURA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	0,00	0,00
	SOFTWARES – Vida Útil Indefinida	4,20	0,00
	SOFTWARES – Vida Útil Indefinida em desenvolvimento	0,00	0,00
INCRA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	0,24	0,00
	SOFTWARES – Vida Útil Indefinida	0,00	0,00
EMBRAPA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	0,21	0,00
	SOFTWARES – Vida Útil Definida em desenvolvimento	0,00	0,00
	SOFTWARES – Vida Útil Indefinida	0,02	0,00
CONAB	SOFTWARES – Vida Útil Definida	0,00	0,00
	SOFTWARES – Vida Útil Indefinida	0,00	0,00
SFB	SOFTWARES – Vida Útil Definida	0,00	0,00
	SOFTWARES – Vida Útil Indefinida em desenvolvimento	0,00	0,00

Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o Valor Contábil Líquido de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu Valor Recuperável. O Valor Recuperável é o Valor Líquido de Venda (o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação), ou o Valor em Uso (valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações), o que for maior.



Mas o **MAPA** não realizou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, pois não dispõe de servidores especializados e qualificados para avaliar a imparidade (*impairment*) dos ativos.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

No primeiro trimestre de 2021, não consta registro no MAPA de ajustes de exercícios anteriores no intangível.

Identificação do Ativo Intangível

Conforme a macrofunção 020345 – Ativos Intangíveis da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, o bem intangível deve ser identificado, mensurado, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Para identificação, deve-se criar inscrição genérica para cada ativo intangível com as iniciais “IS” – individualização de softwares, acrescido de sete dígitos para identificar o bem.

A seguinte tabela apresenta a porcentagem de bens intangível que não estão identificados conforme a macrofunção 020345.

Tabela 03 – Intangível sem identificação – por saldo da conta.

Milhões

SOFTWARES – Vida Útil Definida			
Órgão	Saldo sem identificação R\$	%	Saldo da conta R\$
MAPA	39,33	89,11%	44,14
INCRA	13,87	95,23%	14,57
EMBRAPA	0,12	0,39%	29,32
SFB	1,22	33,16%	3,67
SOFTWARES – Vida Útil Indefinida			
Órgão	Saldo sem identificação R\$	%	Saldo da conta R\$
MAPA	0,40	3,64%	11,00
INCRA	0,22	100,00%	0,22
EMBRAPA	0,01	0,01%	60,34
SOFTWARES – Vida Útil Indefinida em Fase de Desenvolvimento			
Órgão	Saldo sem identificação R\$	%	Saldo da conta R\$
MAPA	0,04	10,45%	0,38
SFB	0,37	100,00%	0,37

O somatório de bens intangíveis não identificados do MAPA refere-se ao saldos de Softwares de vida útil definida e indefinida transferidos do extinto órgão Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD, em atendimento à MP 870 e ao Decreto nº 9.667/2018.

Atualmente, estes bens estão em análise na Coordenação Geral de Tecnologia da Informação para verificar a geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços para o órgão e as devidas mensurações com o intuito de identificar cada bem intangível e registrá-los na respectiva conta contábil.

Nota nº 006 - Investimentos

Os investimentos no **MAPA** são compostos por:

- (i) Participações Permanentes; e
- (ii) Demais Investimentos.

Tabela 01 – Investimentos – Composição:

Investimentos	31/03/2021	31/12/2020	R\$ Milhões AH (%)
Participação Avaliada por Equivalência Patrimonial	0	0	-
Participações Avaliadas pelo MEP - Estado	2	2	-
Redução valor Recuperável Investimento – Participação Permanente	-10	-10	-
Participações avaliadas pelo Método de Custo	21	21	-
Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	0	2	-100%
Total	13	15	-8,86%

Tabela 02 – Investimentos – Por Órgão:

Órgão	Conta	mar/21	dez/20	AH%	AV%
EMBRAPA	PARTICIP AVALIAD POR EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	0	0		0,00%
	PARTICIPACOES AVALIADAS PELO MEP - ESTADO	2	2	0,00%	22,55%
	PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO	6	6	0,00%	71,90%
	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS PERMANENTES	0	0	-6,50%	5,55%
	Total	8	8	-0,38%	100,00%
CONAB	BENS IMOVEIS NAO DESTINADOS A USO	0	0	0,00%	5,43%
	DEPREC ACUM INVESTIMENTOS -CONS- PROPRIEDADES	0	0		-2,05%
	REDUCAO VALOR RECUP INVEST - PARTICIP PERMAN	-10	-10	0,64%	-
	PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO	15	15	0,00%	282,57%
	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS PERMANENTES	0	1	-99,82%	0,04%
	Total	5	6	-19,58%	100,00%
Total dos Investimentos		13	15	-8,86%	

CONAB

Tabela 03 – Investimentos da CONAB – Composição

	31/03/2021	31/12/2020	R\$ Milhões AH (%)
Participações Permanentes	15	15	-
Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	0	1	-99,82%
Bens Imóveis não Destinados a Uso	-	-	
Bens Móveis não Destinados a Uso	-	-	
Redução ao Valor Recuperável de Investimento	-10	-10	-
Total	5	6	-19,58%

Os investimentos da CONAB são compostos por Participações Permanentes. Os demais investimentos referentes a Títulos da Dívida e Valores Mobiliários Permanentes diminuíram praticamente 100% em decorrência do vencimento das notas do Tesouro Nacional.

Abaixo (Tabela 04) estão os dois maiores investimentos da **CONAB** até março de 2021, decrescidos da redução ao valor recuperável. Os dois maiores investimentos representam 72,18% do total.

Tabela 04 – Maiores Investimentos da CONAB

	R\$ Milhões	
	31/03/2021	AV (%)
Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná	2,92	57,52%
Centrais Elétricas Brasileiras SA	0,72	14,28%
Demais	1,43	28,20%
Total	5,07	100,00%

Tabela 05 - Mutação dos Investimentos – Participação Permanentes (decrescidas da redução ao valor recuperável)

	R\$ Milhões					
EMPRESA	Saldo em 31/12/2020	Aportes de Capital	Resultado de Partic. em Investimento	Dividendos	Outros Resultados	Saldo
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	0,72	-	-	-	-	0,79
Engie Brasil Energia S.A.	0	-	-	-	-	0
Telefônica Brasil S.A.	-	-	-	-	-	0,03
Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre	-0,23	-	-	-	-	0,23
Banco Da Amazônia S.A.	0	-	-	-	-	0
Ribeiro Cordeiro Indústria e Comércio S.A.	0,33	-	-	-	-	0,33
Frigorífico Vale Do Tocantins S A	-	-	-	-	-	0
Banco Do Nordeste Do Brasil S.A.	0	-	-	-	-	0
Vicunha Têxtil S.A.	0	-	-	-	-	0
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários S.A	0,07	-	-	-	-	0,07
Procter & Gamble do Nordeste S.A. - em liquidação	-	-	-	-	-	0
Companhia De Armazéns E Silos Do Est. De MG - CASEMG	-	-	-	-	-	0
Companhia Brasileira De Partic. Agroindustrial Brasagro	-	-	-	-	-	0,01
Rural Properties Minas Gerais Participações S.A.	0,03	-	-	-	-	0,03
Oldcaste Participações S.A.	0,07	-	-	-	-	0,07
Banco De Desenvolvimento Do Espírito Santo S.A.	0	-	-	-	-	0
Morada Do Sol Participações SA	0	-	-	-	-	0
Lafargeholcim (BRASIL) S.A.	0,01	-	-	-	-	0,01
CEAGESP - Companhia De Entrepósitos E Armazéns Gerais De São	0,43	-	-	-	-	0,43
Algar Telecom S.A.	0,05	-	-	-	-	0,05
Companhia Paranaense De Energia	0	-	-	-	-	0
Cia De Desenvolvimento Agropecuário Do Paraná CODAPAR	2,92	-	-	-	-	2,92
Multilog S.A.	0,01	-	-	-	-	0,01
COMFIO - Companhia Catarinense De Fiação	0	-	-	-	-	0
Fábrica de tecidos Carlos Renaux S/A em liquidação	0,05	-	-	-	-	0,05
PBG S/A	0	-	-	-	-	0
Refinadora Catarinense SA	0,02	-	-	-	-	0,02
Companhia Estadual De Silos E Armazéns	0,08	-	-	-	-	0,08
TOTAL	5,13	-	-	-	-	5,07

EMBRAPA

Os investimentos permanentes da **Embrapa** são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social. Os investimentos que não têm influência significativa são avaliados pela sistemática do custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/1995, conforme legislação pertinente.

Tabela 06 – Investimentos da EMBRAPA – Composição:

Entidade	Principal segmento de atuação	Valor investimento	% de Participação da Embrapa	R\$ MILHÕES	
				Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) 2018	Resultado (Prejuízo) do Exercício 2018
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA ⁽¹⁾	Agricultura	0,63	7,74	0,00	0,00
Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB ⁽²⁾	Agricultura	1,86	45,00	4,12	0,36
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A – EPAGRI	Agricultura	5,28	4,74	(30,00)	(7,45)
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER	Agricultura	0,00	0,01	56,09	0,00
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN	Agricultura	0,73	49,00	(4,59)	(1,14)

Fonte: Siafi e Demonstrações Contábeis das empresas,

(1) Última Demonstração apresentada 05/09/2016 – EBDA em processo de Liquidação

(2) Demonstração de 2018 apresentada do ano de 2019 à- EMBRAPA

(3) Demonstração de 2019 apresentada do ano de 2020 à- EMBRAPA

Tabela 07 – Mutação dos Investimentos da EMBRAPA – composição:

Entidade	R\$ MILHÕES					
	Saldo em 31/12/2019	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimentos	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 30/09/2020
EMEPA/PB	1,86	0	0	0	0	1,86
EMPARN⁽¹⁾	0,73	0	0	0	0	0,73
Total	2,58	0	0	0	0	2,58

Demais Investimentos da EMBRAPA

Os demais investimentos representam 6,87% no valor de R\$ 0,46 milhão, são compostos por participações em companhias do ramo de telefonia com ações negociadas na bolsa de valores BM&F BOVESPA.

A Embrapa já iniciou o processo de alienação das ações, apresentando a seguinte composição:

Tabela 08 – Demais investimentos da EMBRAPA – composição

Companhia	Quantidade	Tipo	Valor Unitário	Valor Total	Banco	R\$ Milhões
						UG Responsável
CPFL ENERGIA S/A	20	ON	30,42	0,00	BB	135046
OI S/A	4.545	ON	1,91	0,01	BB	135046
OI S/A	3.289	PN	2,68	0,01	BB	135046
CONTAX	200	EO	0,01	0,00	Itaú	135046
CONTAX	200	EP	0,01	0,00	Itaú	135046
EMBRATEL	271.569	EO	0,01	0,00	Itaú	135046
EMBRATEL	1.429.772	EO	0,01	0,00	Itaú	135046
EMBRATEL	1.121.542	EP	0,01	0,00	Itaú	135046
TELEFONICA BRASIL	187	PN	44,23	0,01	Bradesco	135032
TELEFONICA BRASIL	137	PN	44,23	0,01	Bradesco	135033
TELEFONICA BRASIL	125	PN	44,23	0,01	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	18	PN	44,23	0,00	Bradesco	135035
TELEFONICA BRASIL	12	ON	44,23	0,00	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	52	ON	12,67	0,00	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	312	ON	12,67	0,00	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	2.942	ON	44,23	0,13	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	3.547	PN	44,23	0,16	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	4.715	ON	12,67	0,06	Bradesco	135046
TELEBRAS	142	ON	73,00	0,01	Bradesco	135046
TELEBRAS	112	PN	25,91	0,00	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	554	ON	44,23	0,03	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	523	ON	12,67	0,01	Bradesco	135046
TELEBRAS	27	ON	73,00	0,00	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	208	PN	44,23	0,01	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	666	ON	12,67	0,01	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	104	ON	12,67	0,00	Bradesco	135046
CPFL ENERGIA S/A	12	ON	30,42	0,00	Bradesco	135046
Total				0,46		

6.2) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A. Regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado:

O regime orçamentário adotado é o misto (caixa para a receita e competência para a despesa), conforme a lei nº 4.320/64, em seu art.35º, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

Os dados apresentados no Balanço Orçamentário são valores parciais do projeto de lei nº 28/2020, as receitas estão sendo demonstradas pelos valores arrecadados e as despesas pelos valores da antecipação da LDO no valor de R\$ 14.727.633.277 bilhões.

E o valor fixado no projeto de lei inicial da LOA é R\$ 22.447.092.907 bilhões.

B. Período a que se refere o orçamento:

O período do orçamentário é anual, conforme o princípio da anualidade orçamentária. O projeto de lei nº 28/2020 foi aprovado pelo Congresso Nacional em 25/3/21 e encaminhado para sanção presidencial.

C. Entidades abrangidas:

Órgãos Subordinados	Unidade Orçamentária
I – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	22101, 72122, 74104,
II – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	22201, 93182
III – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA	22202, 93183
IV – Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	22211, 93184
V – Serviço Florestal Brasileiro – SFB	22106, 73115, 93181
VI – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFE	22906, 74901
VII – Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA	49901, 74906

D. Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante:

As despesas intraorçamentárias decorrentes da emissão de Termo de Execução Descentralizada – TED, são discriminadas por:

- Descentralizações Concedidas pelo Mapa: R\$1.805.939.234,81 (um bilhão, oitocentos e cinco milhões, novecentos e trinta e nove mil, duzentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos), com valores expressivos no Órgão do Mapa administração direta.
- Descentralizações Recebidas para o Mapa: R\$ 1.678.790.938,68 (um bilhão, seiscentos e setenta e oito milhões, setecentos e noventa mil, novecentos e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos), com valores expressivos no Órgão da CONAB.

Milhões

Órgão	TED'S RECEBIDAS PARA O MAPA				TED'S CONCEDIDAS PELO MAPA			
	VALORES FIRMADOS	TED A RECEBER	TED A COMPROVAR	TED COMPROVADO	VALORES FIRMADOS	A REPASSAR	A COMPROVAR	COMPROVADO
MIN.AGRICULTURA	125	49	27	0	998	291	417	53
INCRA	148	106	39	1	694	506	187	0
EMBRAPA	127	36	67	20	62	19	38	5
CONAB	1.279	129	986	3	0	0	0	0
FUNCAFÉ	0	0	0	0	22	0	7	14
SFB	0	0	0	0	30	10	19	0
Total	1.679	319	1.120	23	1.806	827	669	72

E. Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário):

Despesas executadas por tipo de crédito						R\$ MILHÕES
Órgão UGE	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ESPECIAL	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	DESPESAS LIQUIDADAS	Total
MIN.AGRICULTURA	3.720				897	3.720
INCRA	1.119				290	1.119
EMBRAPA	1.708				765	1.708
CONAB	2.078				279	2.078
FUNCAFE	5.980				0	5.980
SFB	44				0	44
FUNDO DE TERRAS	79				0	79
Total	14.728				2.232	14.728

F. Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário.

Até o encerramento do 1º trimestre de 2021, o projeto de lei nº 28/2020 não tinha sido sancionada.

G. Atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária.

Até o encerramento do 1º trimestre de 2021, o projeto de lei nº 28/2020 não tinha sido sancionada.

6.3) DEMOSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2021	2020	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.893	14.522	23,22%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	9.820	10.679	-8,05%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	8.073	3.842	110,12%

	2021	2020	AH%	AV%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.893	14.522	23,22%	100,00%
Transferências e Delegações Recebidas	8.820	10.747	-17,93%	49,29%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	8.188	2.812	191,17%	45,76%
Contribuições	454	454	0,19%	2,54%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	213	259	-17,55%	1,19%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	130	132	-2,24%	0,72%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	74	104	-29,27%	0,41%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15	14	6,82%	0,08%

Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS:

Houve decréscimo de 29,26% na rubrica de VPA Exploração e venda de bens, serviços e direitos, ocasionado, sobretudo, pela menor venda, em 2021, de estoques estratégicos pela CONAB, como milho em grãos e outros insumos alimentícios.

Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS:

Ocorreu um decréscimo de 17,93% na rubrica de VPA transferências e delegações recebidas, ocasionado, entre outros, por um menor volume de transferência de bens móveis entre unidades gestoras do órgão MAPA em 2021, em comparação com o exercício de 2020.

Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

Houve um aumento de 191,17% na rubrica de VPA ganhos com ativos e desincorporação de passivos, ocasionado, entre outros, por um significativo registro, em 2021, de reavaliação de bens imóveis pela UG Superintendência Estadual de Mato Grosso, INCRA, 2021NL800001, reavaliando bens imóveis de uso especial no SPIUNET.

Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS:

Houve um decréscimo de 17,54% na rubrica Outras VPAs em 2021, tendo em vista que a UG EMBRAPA/SGE-EFI efetuou uma reversão de férias no mês de março de 2020 de valor significativo, mediante inserção do documento 2020PA000141, fato que não se repetiu em 2021.

	2021	2020	AH%	AV%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	9.820	10.679	-8,05%	100,00%
Transferências e Delegações Concedidas	6.218	7.185	-13,46%	63,32%
Pessoal e Encargos	1.536	1.554	-1,16%	15,64%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	988	763	29,43%	10,06%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	687	709	-3,10%	6,99%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	294	326	-9,87%	2,99%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	57	119	-52,46%	0,58%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	32	11	186,88%	0,33%
Tributárias	9	12	-28,03%	0,09%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1	1	-4,10%	0,01%

Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – TRIBUTÁRIAS:

Ocorreu um decréscimo de 28,06% na rubrica VPD tributárias, ocasionado, entre outros, por um menor recolhimento do imposto ICMS pelo órgão CONAB em 2021, em comparação com o exercício de 2020.

Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS:

Houve um decréscimo de 13,46% na rubrica de VPD Transferências e Delegações concedidas, ocasionado, sobretudo, pelo menor volume de transferências voluntárias, em particular no órgão EMBRAPA, o qual não teve nenhum valor registrado na aludida conta de VPD, ao contrário do que ocorreu com este órgão no exercício de 2020.

Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

Houve um aumento de 29,43% na rubrica de VPD Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, motivado, sobretudo, por registros mais significativos nessa conta pela UG Coordenação Geral de Execução Financeira, por meio dos documentos 2021PA000028 e 2021PA000031.

Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS:

Ocorreu um aumento de 186,77% na rubrica de VPD Subvenções Econômicas, motivado, entre outros, por um maior registro nessa rubrica em 2021 pela UG unidade mercado de opções - sede, órgão CONAB, decorrente dos pagamentos de Restos a Pagar dos produtos da Política e Grantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio)

7) Referências

7.1) Bibliográficas

- 1) Demonstrações Contábeis da União – BGU
- 2) IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade
- 3) IPC 01 – Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar
- 4) IPC 02 – Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência
- 5) IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP
- 6) IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial
- 7) IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais
- 8) IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro
- 9) IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário
- 10) IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 11) IPC 11 – Contabilização de Retenções
- 12) IPC 12 – Contabilização de Transferências de Bens Móveis e Imóveis
- 13) Manual de Informações de Custos do Governo Federal – 1ª Edição - 2018
- 14) Manual do Portal de Custos do Governo Federal – 2017
- 15) MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição – Válido a partir de 2019
- 16) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Estendido
- 17) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Federação

7.2) Sítios mais utilizados pela CCONT/MAPA

- 1) www.tesouro.fazenda.gov.br
- 2) <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>
- 3) www.tesourotransparente.gov.br › balanço-geral-da-uniao-bgu-trimestral
- 4) <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais>
- 5) www.agricultura.gov.br
- 6) portal.tcu.gov.br
- 7) portal.in.gov.br
- 8) www.cfc.org.br
- 9) www.crcdf.org.br
- 10) <http://sistemas.agricultura.gov.br/confcon>
- 11) <http://sistemas.agricultura.gov.br/sei>
- 12) <http://agronet.agricultura.gov.br/>
- 13) <https://boletim.sigepi.planejamento.gov.br>
- 14) <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/asi>
- 15) <http://www.redesim.gov.br/servicos>
- 16) <https://siafi.tesouro.gov.br/>
- 17) <https://plataformamaisbrasil.gov.br/>
- 18) <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/>
- 19) <https://hod.serpro.gov.br/>
- 20) <https://cav.receita.fazenda.gov.br/>
- 21) <https://www.siapenet.gov.br/>
- 22) <http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/demonstrativos-contabeis>